

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**



**TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

LIZ AMARAL SARAIVA MORGADO

**SÃO CARLOS
2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**



**TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

LIZ AMARAL SARAIVA MORGADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, da Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação da Profª Drª Rosimeire Maria Orlando, para obtenção do título de Mestre em Educação Especial.

SÃO CARLOS

2017

Amaral Saraiva Morgado, Liz
Trajetórias Acadêmicas de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior
Brasileiro / Liz Amaral Saraiva Morgado. -- 2017.
91 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São
Carlos, São Carlos
Orientador: Rosimeire Maria Orlando
Banca examinadora: Leonardo Santos Amâncio Cabral; Cristina Cinto
Araújo Pedroso
Bibliografia

1. Acessibilidade no Ensino Superior. 2. Educação Especial. I.
Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).
DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Liz Amaral Saraiva, realizada em 18/12/2017:



Profa. Dra. Rosimeire Maria Orlando
UFSCar



Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral
UFSCar



Profa. Dra. Cristina Cinto Araujo Pedroso
USP

APOIO FINANCEIRO
Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq

“Tenho em mim todos os sonhos do mundo”.

Fernando Pessoa

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Gostaria, primeiramente, de agradecer a Deus por me dar saúde e fôlego para concluir essa caminhada do Mestrado, agradecer por ter me colocado no lugar certo e na hora certa. Cresci e aprendi muito nessa caminhada.

A minha querida família, Mamãe, Papai, Lilian, Lui, Léo, Vovó e Vovô, que sempre me incentivou e acreditou, comigo, no meu sonho.

Em especial, ao meu eterno namorado que nessa caminhada foi meu noivo e agora meu marido, o famoso Gatinho, sempre com muita paciência com minhas inquietações, angústias, medo e por entender as inúmeras vezes que não pude dar a atenção que você merecia e você sempre de bom humor, compreendendo e brincando com tudo. Te amo!

A minha querida orientadora, Prof^a Dr^a Rosimeire Maria Orlando, pela paciência, por acreditar no meu potencial e no meu desejo.

A toda a equipe do PPGEEs, professores, funcionários técnico-administrativos, estagiários e profissionais da limpeza.

A todos os meus colegas do mestrado, em especial, ao Grupo NEPEDEE'ES pelas contribuições de grande valia, principalmente, quando estava angustiada com meus objetivos. Às queridas, Lari e Dani, que nos unimos no período do processo seletivo, dividindo nossas ansiedades e medo do resultado, vocês foram extremamente importantes nessa passagem.

Aos meus amigos que estiveram ao meu lado sempre que precisei, compartilhando risadas, choro, desabafos e que nunca deixaram de acreditar em mim e no meu sonho.

A toda banca de qualificação e defesa, Prof^a Dr^a Katia Regina Moreno Caiado, Prof^a Dr^a Cristina Cinto Araújo Pedroso, Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral, Prof^a Dr^a Juliane Ap. de Paula Perez Campos, Prof^a Dr^a Maria Julia Canazza Dall'Acqua e Prof^a Dr^a Adriana Garcia Gonçalves

Muito obrigada a todos!

RESUMO

A pesquisa teve como tema principal o acesso e a permanência de estudantes com deficiência em Instituições de Ensino Superior (IES), bem como a investigação de como ocorre sua trajetória acadêmica e a impressão dentro das instituições. Teve como objetivos analisar a trajetória escolar de pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro; descrever as condições de acesso e permanência de pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro; apontar, dentro da trajetória acadêmica, os embates na construção política da acessibilidade; verificar as reestruturações ocasionadas pelas políticas relacionadas ao acesso de pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro. O estudo teve caráter qualitativo. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. Participaram da pesquisa nove sujeitos que foram previamente contatados e selecionados. Os dados foram analisados e divididos em três categorias: i) acesso e permanência no Ensino Superior, com quatro subcategorias: processo seletivo, ações afirmativas, esporte e apoios; ii) reestruturações das Instituições de Ensino Superior com a presença de pessoas com deficiência e iii) núcleos de acessibilidade. Os resultados da pesquisa demonstraram grande necessidade de efetivar o atendimento educativo adequado para o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência na Universidade. A instituição precisa promover políticas mais diretas para a inclusão da pessoa com deficiência no ambiente acadêmico.

Palavras-chave: Educação Especial. Trajetórias Acadêmicas. Ensino Superior.

ABSTRACT

The research had as main theme the access and permanence of students with disabilities in Higher Education Institutions (HEI) as well as the investigation of how the students' academic trajectory and the impact within the institutions occur. The objects were to analyze the educational trajectory of people with disabilities in Brazilian Higher Education; to describe the conditions of access and permanence of persons with disabilities in Brazilian Higher Education; to indicate, within the academic trajectory, the conflicts in the political construction of accessibility; to verify the restructurings caused by the policies related to the access of people with disabilities in Brazilian Higher Education. The study was of qualitative character. The data were collected through semi-structured interviews. Participated in the research nine subjects who were contacted and selected previously. The data were analyzed and divided into three categories: i) access and permanence in Higher Education with four subcategories: selective process, affirmative actions, sports and supports; ii) Restructuring of Higher Education Institutions with the presence of people with disabilities and iii) accessibility groups. The results of the research demonstrated a great necessity to ensure adequate educational care for the access and permanence of students with disabilities at the University. The institution needs to promote more directive policies for the inclusion of the person with disabilities in the academic environment.

Key words: Special Education. Academic Trajectories. Higher education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Matrículas no Ensino Superior	39
Gráfico 2 – Matrículas de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Legislação relacionada ao acesso e permanência de pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro.....	27
Quadro 2 – Espectro da Acessibilidade	32
Quadro 3 – Número de pesquisa e ano de publicações	37
Quadro 4 – Distribuição por Programa de Pós-Graduação	38
Quadro 5 – Perfil dos participantes	49
Quadro 6 – Formação e situação	49
Quadro 7 – Etapas para coleta de dados	51

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

Art. – Artigo

BDTD – Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações

EcD – Estudante com Deficiência

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FIES – Financiamento Estudantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MG – Minas Gerais

PcD – Pessoa com Deficiência

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI – Programa de Apoio ao Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SESu – Secretaria de Educação Superior

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	17
OBJETIVOS	19
1. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	20
1.1. Acesso e Acessibilidade no Ensino Superior Brasileiro	30
2. TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.	35
3. CAMINHOS METODOLÓGICOS	48
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
6. REFERÊNCIAS	76
7. ANEXO	84
8. APÊNDICES	86

APRESENTAÇÃO

Começo essa apresentação contando um pouco sobre o início do meu contato com a educação especial, que começou bem cedo, quando acompanhava minha avó em suas aulas divertidas e animadas com estudantes público-alvo da educação especial. A maneira com que a vovó montava e ministrava suas aulas me encantava, sempre queria passar as férias com ela para poder acompanhá-la na escola em que lecionava.

Logo depois, quando minha família e eu mudamos de Mercês-MG para Descalvado-SP, nosso vizinho, que estava na mesma faixa etária que a minha, era surdo, e isso não foi nada diferente, pelo contrário, por crescermos juntos, brincarmos e estarmos sempre próximos, foi muito natural ter aquele colega em nossas vidas. Não sabíamos nada sobre a Língua Brasileira de Sinais, mas nos comunicávamos através de gestos caseiros, os quais foram aprendidos diretamente com a família dele.

Com o passar do tempo, a pressão para o vestibular foi chegando, junto com a dúvida e angústia de ter que escolher uma profissão logo no primeiro colegial, pois no colégio em que estudei, as provas eram aplicadas de acordo com a possível profissão que desejasse. Sempre tive um interesse muito grande pela área da Psicologia, porém, também, sempre me lembrava das férias na vovó. Então, a princípio, minha primeira opção foi Psicologia: no final do terceiro colegial prestei os vestibulares e, como não era o momento certo, não passei. Com isso, iniciei o cursinho pré-vestibular na cidade vizinha, São Carlos-SP.

Quando iniciaram as inscrições para os vestibulares, foi entregue no cursinho um folder da Universidade Federal de São Carlos divulgando a abertura de novos cursos de graduação que iniciariam no próximo ano (2009). Quando cheguei na página que contava um pouquinho da proposta do curso de Licenciatura em Educação Especial, passou um filme em minha cabeça e, ao mesmo tempo, veio a vontade de fazer este curso. O vestibular chegou, a prova foi feita e, no início de 2009, veio o resultado: passei na UFSCar no curso de Licenciatura em Educação Especial! Que alegria, minha e de toda a família, pois estar em uma universidade federal era um sonho não só meu, mas também dos meus pais.

O ano letivo iniciou, e a ansiedade para o começo das aulas era bem grande; foi tudo melhor que o esperado. Os dias foram passando, fomos conhecendo os colegas, os professores, que por sinal eram todos muito atenciosos e pacientes. Era tudo

novo não só para nós estudantes, acredito que para todos, pois era a primeira turma do curso de Licenciatura em Educação Especial na UFSCar. Fazer parte da turma primogênita foi um prazer e uma honra, aprendemos muito e, hoje, é possível notar o quanto o curso cresceu e ainda cresce a cada turma que passa por lá.

Desde o primeiro ano, fiz parte como membro do grupo de pesquisas coordenado pela Prof^a Dr^a Katia Regina Moreno Caiado, que permaneci até o final da minha graduação. Foram momentos de muito aprendizado, carrego um carinho muito grande por cada um que passou pelo grupo. No terceiro ano, os projetos para o trabalho de conclusão de curso iniciaram. Naquele momento, com ajuda da Prof^a Dr^a Katia, aprofundamos os estudos na temática sobre Conselhos das Pessoas com Deficiências, tema este o qual já havia feito um trabalho na disciplina “Fundamentos Sociológicos, Políticos e Antropológicos da Educação”.

Para chegar aos Conselhos das Pessoas com Deficiências existe um contexto histórico político, que foi retratado no meu trabalho de conclusão de curso. Vale ressaltar que tive o prazer de receber a co-orientação da Prof^a Dr^a Rosimeire Maria Orlando, uma parceria de sucesso e prazerosa.

Ao terminar a graduação, ingressei no mercado de trabalho. Trabalhei como educadora especial por 3 anos em uma instituição de educação especial, além de uma oportunidade de, concomitantemente, por 1 ano e 6 meses, lecionar na rede pública de Descalvado-SP. Foi uma fase em que aconteceram grandes trocas de experiências e aprendizado, fui muito bem recebida e pude colocar em prática tudo que aprendi no decorrer de minha formação.

Para adentrar ao mestrado, prestei o processo seletivo nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015; entretanto, somente neste último ano consegui passar em todas as fases para iniciar o mestrado em 2016. E hoje, com plena certeza, afirmo: não poderia ter passado em um momento melhor.

Depois de apresentar meu projeto, discutir na disciplina de seminários e no grupo de pesquisas, decidimos pela temática de acessibilidade no ensino superior; posteriormente, com maior especificidade, trajetórias acadêmicas de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro, que será exposto no decorrer deste trabalho.

INTRODUÇÃO

No Brasil, aproximadamente, 24% da população é de pessoas que possuem algum tipo de deficiência. De acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Brasil possui 45 milhões de pessoas com deficiência. Dentro deste número, 0,48% estão matriculados no Ensino Superior, podendo ser considerado um número muito baixo se comparado ao total de pessoas matriculadas nas universidades.

Por se tratar de um número relativamente baixo de pessoas com deficiência no Ensino Superior, o foco deste trabalho foi expor como ocorreu a trajetória acadêmica de uma pequena amostra de sujeitos que, apesar dos desafios no percurso, concluíram tal nível de ensino.

O termo utilizado para versar sobre este público será “pessoas com deficiência”, o qual vem sendo utilizado, nos últimos anos, por escolha do próprio movimento deste público em âmbito internacional. A definição vem passando por processos de reflexão e reformulação constantes, considerando o fenômeno relacional que depende do contexto, da situação e da cultura em questão (BRASIL, 2009; CABRAL FILHO; FERREIRA, 2013).

A pesquisa desenvolvida teve como tema principal o acesso e a permanência de estudantes com deficiência em Instituições de Ensino Superior (IES), além de investigar elementos inerentes à trajetória acadêmica e ao impacto dentro destas IES. O estudo trouxe como objetivos: apresentar e analisar aspectos inerentes ao acesso e à permanência de estudantes com deficiência em instituições privadas do Ensino Superior brasileiro; apontar, dentro da trajetória escolar, os embates na construção política da acessibilidade; verificar as reestruturações causadas pelas políticas relacionadas ao acesso de estudantes com deficiência em instituições privadas no Ensino Superior brasileiro.

Em meio às discussões apresentadas sobre a trajetória acadêmica da pessoa com deficiência, pode-se levantar algumas questões: Qual a trajetória escolar no Ensino Superior brasileiro de pessoas com deficiência? Quais as condições de acesso e permanência deste público dentro das IES?

A relevância desta pesquisa pautou-se na necessidade de refletir sobre a trajetória acadêmica de pessoas com deficiência. O que foi encontrado em acervos (Banco de Dados de Teses e Dissertações - BDTD) sobre o tema era escasso, sendo que existiam alguns estudos de casos em universidades que relatavam sobre o acesso e permanência de pessoas com deficiência neste nível de ensino. Outra situação foi em relação à trajetória

escolar deste público apenas na educação básica e na Educação de Jovens e Adultos (TOMAINO, 2009; OLIVEIRA, 2010; TINÓS, 2010; ANTUNES, 2012; HAAS, 2013), destacando, deste modo, a importância de estudos direcionados para a trajetória escolar no Ensino Superior.

A necessidade de enfatizar apenas no Ensino Superior foi de grande importância, pois estes estudantes estavam chegando a tal nível de ensino, mas, estavam sendo amparados legalmente e também na prática? Este trabalho traz alguns direcionamentos para o questionamento.

A metodologia utilizada para responder o questionamento foi de abordagem qualitativa com enfoque exploratório. Como instrumento de coleta de dados, foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturados com nove participantes que possuíam alguma deficiência e que concluíram e/ou estavam cursando o Ensino Superior brasileiro.

A pesquisa está dividida em cinco sessões, com as seguintes temáticas, respectivamente: Ensino Superior no Brasil; Trajetórias Escolares de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior Brasileiro e a Produção do Conhecimento sobre Trajetórias Acadêmicas de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior Brasileiro; Caminhos Metodológicos; Resultados e Discussões e Considerações Finais.

Na primeira sessão, intitulada como Ensino Superior no Brasil, são retratados o surgimento e a evolução histórica deste nível de ensino, abordando também o acesso de pessoas com deficiência neste grau de formação.

Em Trajetórias Escolares de Pessoas com Deficiência e a Produção do Conhecimento, é exposto como acontece o acesso deste público no Ensino Superior e as pesquisas que abordam o tema.

A metodologia de pesquisa é encontrada na terceira sessão, intitulada Caminhos Metodológicos, que conta o passo a passo da pesquisa. Em resultados e discussão é mostrado o fruto da coleta e a análise dos dados. E, para finalizar, as considerações finais.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Apresentar e analisar os aspectos inerentes ao acesso e à permanência de estudantes com deficiência em instituições privadas do Ensino Superior brasileiro;

Objetivos Específicos

- Apontar, dentro da trajetória escolar, os embates na construção política da acessibilidade;
- Verificar as reestruturações causadas pelas políticas relacionadas ao acesso de estudantes com deficiência em instituições privadas no Ensino Superior brasileiro

1. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Nesta sessão, o assunto abordado é relacionado ao surgimento e à evolução histórica do Ensino Superior brasileiro e, conseqüentemente, como as pessoas com deficiência chegaram neste determinado nível de ensino.

Oliveira (2013) indica que o acesso a este nível educacional no Brasil é marcado por tensões de continuidade e rupturas, privilegiando determinados grupos sociais ao longo de sua história, com prevalência de mecanismo de seleção dos melhores por méritos individuais.

Os primórdios do Ensino Superior no Brasil surgiu, em 1808, com a chegada da família real que manifestou a necessidade de promover a educação técnica e superior no país. A partir disso, criaram alguns cursos profissionalizantes, mas não possuíam o caráter de universidade. Os precursores foram o Curso Médico de Cirurgia na Bahia, criado pelo Decreto 3 de 18 de fevereiro de 1808, e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Hospital Militar do Rio de Janeiro, criada em novembro do mesmo ano, que, mais tarde, vieram a ser as Faculdades de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (FÁVERO, 2006).

Fica evidente que, com a vinda da família real para o Brasil, era interessante trazer também a formação para aqueles cidadãos de Portugal. Ressalta-se, neste ponto, que desde sua institucionalização no Brasil, o Ensino Superior já apresentava um caráter elitista, dado que tais cursos profissionalizantes eram apenas para a Corte e sua família.

A partir da década de 1920, o Brasil passava pelo início da República, marcado por grandes conflitos e revoltas populares, e também pelo fim da Primeira Guerra (1914-1918) que teve reflexo na política brasileira. Com a união dos cursos superiores existentes no Rio de Janeiro, surgiu a Universidade do Rio de Janeiro. Com a Reforma Universitária, foi criada a Universidade de Belo Horizonte, em 1927, a Universidade de São Paulo, em 1934, e a Universidade de Distrito Federal, em 1935, que na época localizava-se no Rio de Janeiro (FRAGOSO FILHO, 1984).

Com a Revolução de 1930 e Getúlio Vargas no poder até 1945, considerando o Golpe Militar, foi criada a União Nacional dos Estudantes (UNE). Até o ano de 1945 existiam cinco instituições superiores e foram criadas escolas técnicas. Com a Constituição de 1934, foi determinada a criação de um Conselho Nacional de Educação (CUNHA, 2007).

De fato, a partir da década de 1930, com a criação da UNE os estudantes começaram a criar forças para defender seus direitos e ganhar voz dentro das universidades, considerando que houve um grande ganho para este público, vindo a ser o embrião de movimentos estudantis.

Em relação à legislação para o Ensino Superior, destaca-se o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), de 1962, revisto em 1965, no qual o modelo de Universidade vigente baseava-se no norte-americano, de modo que auxiliou a traçar novas estratégias para o Ensino Superior. Entretanto, ressalta-se que sua implantação foi precária e mal adaptada para a realidade do Brasil. Com a insatisfação da população, foi criada a Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968, que dispunha sobre normas de organização e funcionamento do Ensino Superior (BRASIL, 1962; 1965; 1968).

Através destes movimentos, foram surgindo novas organizações, criando, assim, a Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, em 1979 - associações de diferentes Estados e tipos de deficiência se reuniram para traçar estratégias de luta por direitos. O principal eixo das novas formas de organização e ações das pessoas com deficiência era criar oportunidades e protagonizar a condução de suas próprias vidas. Deste modo, realizaram reuniões entre os grupos com o objetivo de estabelecer metas nacionais para o movimento (LANNA JÚNIOR, 2010).

A integração social no cenário brasileiro foi ganhando espaço e teve seu maior impulso a partir dos anos 1980. Este período representou, também, um tempo marcado por muitas lutas sociais protagonizadas pela população marginalizada, dentre eles, as pessoas com deficiência.

Aranha (2005) apresenta que, em 1981, o Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD) veio motivar uma sociedade que clamava por transformações significativas na área, a fim de debater, organizar-se e estabelecer metas e objetivos que encaminharam novos desdobramentos importantes.

De acordo com Lanna Júnior (2010), a Comissão Nacional do AIPD era formada por representantes do Poder Executivo, de entidades não governamentais de reabilitação e educação de pessoas com deficiência. Não havia na Comissão Nacional do AIPD nenhuma vaga para entidades formadas por pessoas com deficiência, o que foi motivo de grande insatisfação por parte do movimento.

É importante ressaltar que aconteceram criações de grupos separados por suas especificidades, mas com o mesmo objetivo: garantir a autonomia da pessoa com deficiência. A estratégia de separar por área de deficiência visava atender melhor às

especificidades de cada uma, sem excluir a ação em conjunto para as questões de âmbito geral (LANNA JÚNIOR, 2010).

Foi um momento de grandes conquistas para esta população que viveu por muito tempo nas sombras, pois suas vozes começaram a ser ouvidas e o empoderamento era cada vez mais recorrente em todo território brasileiro em busca de um movimento político e social ativo.

O final do século XX e o início do século XXI marcaram diferentes processos de democratização da Educação Superior, especialmente, com a implementação de políticas públicas do Estado brasileiro que visavam a inclusão de pessoas com deficiência a partir da promoção de acessibilidade, aumentando exponencialmente o número de pessoas com deficiência nas universidades (ALMEIDA; BELLOSI; FERREIRA, 2015; CASTRO, 2011).

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) refere-se à Educação Superior determinando o dever do Estado em garantir o ingresso aos níveis mais elevados de ensino e pesquisa. Além disso, estabelece que as universidades gozem de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Também estabelece que o ensino deve basear-se nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, pluralismo de ideias, gestão democrática do ensino público e valorização dos profissionais do ensino.

Em especial, na década de 90, a universalização do acesso à educação foi destaque na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) e na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), sendo assim, o país apresenta um cenário legalmente amparado no discurso inclusivo nos princípios democráticos de igualdade, equidade e diversidade. Apesar da importância dos instrumentos legais, eles, por si só, não garantem práticas inclusivas na educação, muitas vezes demonstrando distanciamento das proposições teóricas e legais, emergindo o conceito de educação inclusiva inerente aos contextos escolares, universidades, trabalhistas e sociais em geral (MOREIRA; BOLSANELLO; SEGER, 2011; KASSAR, 2007).

Em 1994, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP), lançou a Portaria nº 1.793/94 (BRASIL, 1994) que recomendava a inclusão de uma disciplina nomeada como Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais,

prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e demais licenciaturas (MOREIRA; BOLSANELLO; SEGER, 2011).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, em seu Capítulo IV. Art. 43, explicita quais são as finalidades e objetivos da Educação Superior, como as dispostas nos incisos VI e VII:

- VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Neste trecho evidente a real função do Ensino Superior, lembrando que deve acontecer tanto em universidades, faculdades e institutos particulares e públicos em todo território nacional para a comunidade em geral, inclusive para as pessoas com deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 trata da Educação Superior e estabelece como finalidade propiciar e estimular o pensamento reflexivo, a criação cultural e o desenvolvimento científico, bem como formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento (BRASIL, 1996).

Ainda no mesmo ano, por meio do Aviso Circular nº 277 MEC/GM (BRASIL, 1996), é solicitado das Instituições de Ensino Superior (IES) a viabilização de condições de acesso aos candidatos com deficiência em concursos vestibulares. Além disso, ressalta-se que as Instituições devam desenvolver ações que possibilitem a flexibilização dos serviços educacionais, de infraestrutura e de capacitação de recursos humanos, de modo que seja atendida uma permanência de qualidade para estes alunos.

No final da década, em 1999, é instituída a Portaria n.º 1.679/99 (BRASIL, 1999) que trata dos requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiências para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. Também foi aprovado o Decreto n.º 3.298/99 (BRASIL, 1999) que estabelece às IES a necessidade de adaptar as provas e conceder os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno com deficiência, inclusive tempo adicional para a realização das provas, conforme as características da deficiência.

A partir dos anos 2000, algumas ações governamentais legitimaram o acesso dos estudantes com deficiência ao nível de Ensino Superior. Com destaque para dois documentos nacionais que normatizaram a inclusão das pessoas com deficiência no

Ensino Superior: Programa Incluir e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (CABRAL, 2017).

Destaca-se que o período de 2002 a 2010 do governo federal brasileiro ficou caracterizado pela tentativa de democratização do acesso à educação, o que ocorreu pelo acesso às universidades através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e também o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que teve como uma das metas, a ampliação de vagas nas universidades públicas (LIMA et al., 2011).

Em 2005, é lançado o Incluir (Programa de Acessibilidade na Educação Superior) pelo Ministério da Educação. À princípio este programa objetivava, principalmente, criar possibilidades para que as Instituições Federais de Ensino Superior organizassem propostas de ações voltadas ao acesso ao Ensino Superior (BRASIL, 2005). Já a partir de 2007, o programa passou a incentivar a criação e fortalecimento dos Núcleos de Acessibilidade nas IES (BRASIL, 2007).

Ainda no mesmo ano, foi criado o Decreto nº 5.626/05 que insere a disciplina de Libras como obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio e superior e nos cursos de Fonoaudiologia e como disciplina optativa nos demais cursos de Educação Superior e Profissional (BRASIL, 2005).

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva apresenta a transversalidade da Educação Especial no Ensino Superior, ocorrendo ações para promover o acesso, a permanência e a participação dos alunos (BRASIL, 2008).

Almeida e colaboradores (2015) afirmam que estão ocorrendo rupturas na forma de conceber as novas políticas da Educação Superior. É certo que diversas contradições e dificuldades fizeram e ainda fazem parte deste processo.

A educação de qualidade para todos, ao constituir a agenda de discussão das políticas educacionais, reforça a necessidade de elaboração e implementação de ações voltadas para a universalização do acesso à Educação Superior. Uma instituição de Educação Superior socialmente responsável é aquela que:

1. identifica as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena;
2. estabelece metas e organiza estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas;
3. pratica a intersetorialidade e a transversalidade da educação especial;

4. reconhece a necessidade de mudança cultural e investe no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica; e
5. promove acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas aos professores, funcionários e à população que frequenta a instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços (BRASIL, 2013).

Nas palavras de Lira (2014), entender a verdadeira função social da Educação Superior requer a sensibilização de todos os atores institucionais para a criação de uma nova cultura.

A universidade tem como papel fazer com que emergja um contexto facilitador do desenvolvimento pessoal dos estudantes, promovendo a integração e o ajustamento acadêmico, pessoal, social e afetivo do estudante, contribuindo, desta forma, para uma maior satisfação do aluno e, conseqüentemente, sua permanência na academia. As Instituições de Ensino Superior são essenciais para a criação, transferência e aplicação de conhecimentos, bem como para a formação e capacitação adicional do indivíduo e para o avanço da educação em todas suas formas. Considerando os aspectos citados, a Educação Superior constitui importante meio para a produção do conhecimento científico e para o avanço tecnológico em uma sociedade (SANTOS; ALMEIDA, 2001; CASTANHO, 2007).

Entende-se que o Ensino Superior vem ganhando espaço em discussões e na legislação brasileira, inclusive no que se diz respeito ao acesso de pessoas com deficiência que, até então, estavam lutando pela permanência na educação básica. Entretanto, o alunado da educação básica está chegando às universidades e conquistando espaço, como apresentado por Cardoso e Magalhães (2009):

[...] a universidade é um espaço social onde as diferenças estão presentes, também este lugar deve empreender ações objetivas que visem dirimir os silêncios e as ausências destinadas ao alunado com deficiência neste nível de ensino. Tais ações devem incitar a elaboração de políticas públicas de respeito às diferenças e especificidades do alunado, bem como ser capaz de programas de formação docente em nível inicial e continuada que torne aptos os docentes a ações educativas menos segregadoras e preconceituosas e mais respeitadas e inclusivas. Eis um desafio que se impõe à atual universidade brasileira. (CARDOSO; MAGALHÃES, 2009).

De modo geral, o nível de ensino em foco passa por desafios diários para que aconteça uma formação de qualidade dos futuros profissionais, cada um com suas especificidades, potencialidades e cultura.

Nesta direção, Cunha e Carrilho (2005) concordam que a universidade precisa se preocupar com o estudante universitário de forma global, valorizando todos os aspectos

da sua vida. Só assim poderão realmente promover, durante o processo de formação, condições para o desenvolvimento integral do aluno, tentando não só desenvolver suas potencialidades, mas também prepará-los para um papel atuante na sociedade.

As pessoas com deficiência estão conquistando visibilidade e espaço no Ensino Superior há pouco tempo, uma das respostas para tal fato pode estar relacionada à preocupação, do país, com a educação básica, deixando a formação profissional em segundo plano.

Outro ponto que também parece interferir está relacionado com a última Constituição no Brasil, promulgada em 1988, isto é: as pessoas que nasceram após essa data, estão tendo acesso ao Ensino Superior agora, embora a luta pelos seus direitos à educação, ao acesso e à permanência vem desde o período anterior à Constituição de 1988, como descrito em outros documentos já citados.

O processo de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior apresenta-se como um desafio para toda a comunidade universitária, uma vez que a inserção do estudante com deficiência neste nível de ensino está ocorrendo de forma lenta e ainda sem muitos mecanismos que sustentem tanto o acesso, quanto a permanência deste público alvo no contexto das exigências peculiares à Educação Superior. Não se trata somente da garantia de vagas, mas da organização, por parte da universidade, de estratégias que colaborem com o sucesso escolar destes estudantes.

Chauí (2003) aponta que a universidade, como uma instituição social, não deve reagir nem agir de forma omissa às questões da sociedade desigual. Considerada um espaço de produção de conhecimento e intervenção social deve colaborar com a superação dos padrões e rótulos que tradicionalmente classificaram diferença e inferioridade como sinônimos.

No decorrer desta sessão, foi exposto o histórico e o que tem se discutido em relação ao Ensino Superior e ao acesso de pessoas com deficiência a este nível de ensino. Para uma melhor compreensão, abaixo apresenta-se um quadro de legislação que aborda o Ensino Superior e o acesso de pessoas com deficiência (Quadro 1).

Quadro 1 - Legislação relacionada ao acesso e à permanência de pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro

Lei/Decreto/Portaria/ Emenda/Aviso	Data	Do que se trata
Lei nº 7.853	24 de outubro de 1989	Artigo 2º, inciso I, garante o provimento, por parte do Estado, da evolução da matrícula de pessoas com deficiência na educação superior brasileira inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios.
Declaração de Salamanca	1994	Implementação de medidas para a inclusão de jovens e adultos com “necessidades especiais” na educação secundária e superior
Portaria nº 1.793	16 de dezembro de 1994	Necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais;
Aviso Circular nº 277	8 de maio de 1996	Orienta as IES quanto ao processo de acesso e permanência do educando com deficiência e recomenda ajustes operacionais no ato da inscrição e da realização das provas
Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394	20 de dezembro de 1996	Quanto à organização acadêmica das IES
Portaria nº 1679	3 de dezembro de 1999	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências para instruir os processos de autorização, de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições
Decreto nº 3.298	20 de dezembro de 1999	O acesso, o ingresso e a permanência da pessoa com deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade; as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo estudante portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. Aplicam-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para ingresso em cursos universitários de instituições de ensino superior.
Portaria nº. 3.284	7 de novembro de 2003	Dispõe sobre a acessibilidade dos estudantes com deficiência na Educação Superior

Decreto nº 5.296	2 de dezembro de 2004	Possibilitar acesso universal aos espaços públicos e condições de acessibilidade para a garantia de direitos, como a educação
Decreto nº 5.626	22 de dezembro de 2005.	Garante o acesso de pessoas com surdez à comunicação, à informação e à educação em todos os níveis educacionais das instituições federais. Além disso, prevê a presença obrigatória do intérprete de Libras em todas as instituições de ensino do Brasil e, especificamente, nas IES federais, instituindo ainda o ensino da modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua para pessoas surdas, nos primeiros anos de todos os níveis de ensino como disciplina curricular, inclusive para a educação superior
Lei nº 11.096 Programa Incluir	13 de janeiro de 2005	Institui o Programa Universidade para Todos Acessibilidade na educação superior que visa a criação e reestruturação de núcleos de acessibilidade nas IES federais
Decreto nº 6.571	17 de setembro de 2008	Artigo 2º, inciso IV, descreve como um dos objetivos do atendimento educacional especializado “assegurar condições para continuidade dos estudos nos demais níveis de ensino”
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	7 de janeiro de 2008	Apresenta a transversalidade da Educação Especial no Ensino Superior, ocorrendo ações para promover o acesso, a permanência e a participação dos alunos
Decreto nº 6.949	25 de agosto de 2009	Compromisso entre os Estados participantes de assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, com ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social de acordo com as metas de paridade participativa
Decreto nº 7611	17 de novembro de 2011	5º Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência
Decreto nº 7.612	17 de novembro de 2011	Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limites qual traz como primeira diretriz a garantia de um sistema educacional inclusivo
Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146	6 de julho de 2015	Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e

		privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas: i) atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços; ii) disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação; iii) disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência; iv) disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência; v) dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade; vi) adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa; vii) tradução completa do edital e de suas retificações em libras
Lei nº 13.409	28 de dezembro de 2016	Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino
Portaria nº 9	5 de maio de 2017	Implementação das reservas de vagas por parte das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação superior e pelas instituições federais de ensino que ofertam vagas em cursos técnicos de nível médio.

Fonte: Governo Federal.

Diante do Quadro 1 apresentado, podemos considerar que, nos primeiros anos do século XXI, passaram a ser mais evidentes as ações do Estado que se voltaram para a promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência na Educação Superior, a partir de adaptações de ambos os lados - IES e pessoas com deficiência (ALMEIDA; BELLOSI; FERREIRA, 2015).

Utilizando como bases estas leis, decretos, portarias, emendas e avisos, os responsáveis legais pela educação foram se guiando para tentar elaborar políticas e ações que pudessem permitir ao estudante com deficiência sua ampla participação na sociedade.

Considerando que todo este aparato legal apresentado, a busca de um Ensino Superior inclusivo vem acontecendo desde a Constituição, mas, infelizmente, sempre apresentando alguma brecha. A evolução em aproximadamente 29 anos, partindo da Constituição de 1988, foi grande, mas ainda tem muito o que se melhorar.

Para Moreira (2005), as leis existentes não se tornam garantia para a efetivação de políticas públicas, mesmo sabendo que todas as conquistas políticas, através das leis, são muito importantes e necessárias para uma inclusão na Educação Superior. É preciso que toda a organização do sistema esteja atenta às especificidades do estudante com deficiência.

De modo geral, as pessoas com deficiência que desejam cursar o Ensino Superior estão amparadas legalmente, mas, o que pode vir a ser um grande desafio, é a acessibilidade atitudinal, uma vez que a sociedade precisa se conscientizar de que este público alvo tem potencial e direitos de estar dentro das universidades, tendo tanto o acesso quanto à permanência, ambos adaptados as suas especificidades. Além da garantia do direito a educação em todos os níveis, há também a oportunidade de acesso para as pessoas com deficiência, apresentado a seguir.

1.2 Acesso e Acessibilidade no Ensino Superior Brasileiro

De acordo com Manzini (2005), as palavras acesso e acessibilidade começaram a ser entendidas como sinônimas, mas, na realidade, podem expressar demandas totalmente diferentes. Sendo assim, o termo acesso tem sido constantemente utilizado em educação por meio da expressão acesso ao currículo, por exemplo. Tais conceitos, acesso e acessibilidade, estão relacionados, porém suas essências são diferentes.

Em relação ao termo acesso, cabe destacar que existe uma compreensão ampla, que corresponde não só ao ingresso na universidade, mas a permanência deste estudante na instituição. Assim, o acesso implica em um processo de mudança e está relacionado a criação de condições legais e direitos igualitários.

O ambiente acessível é aquele que propicia às pessoas a oportunidade de se relacionarem com ele e de usufruí-lo na sua plenitude. Assim, entende-se que acessibilidade é a possibilidade de uma pessoa entrar e utilizar o ambiente de forma

completa, além de interagir com ele sem a necessidade de ajuda de outras pessoas. Para tanto, os ambientes devem ser constituídos por uma estrutura física adequada que garanta o desempenho nas atividades relacionadas à locomoção, independente das restrições ou habilidades que um estudante apresente (BRASIL, 2008).

Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 9050 (ABNT, 2015), o termo acessível é entendido como:

Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação (ABNT, 2015).

Com os conceitos de acesso e acessibilidade apresentados, indica-se que os dois não têm o mesmo significado, mas caminham juntos, pois ambos têm como objetivo promover e facilitar que as pessoas com deficiência estejam dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), priorizando sua autonomia e sucesso escolar.

Ressalta-se a importância de dotar as IES de condições de acessibilidade é materializar os princípios da inclusão educacional que implicam em assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes. É fundamental que a evolução das matrículas se dê acompanhada de políticas públicas que garantam, não só a acessibilidade aos estudantes já matriculados, a disseminação da informação e sensibilização da comunidade acadêmica para o desenvolvimento da educação inclusiva (BRASIL, 2013).

O Documento Referenciais de Acessibilidade no Ensino Superior (2013) justifica-se devido à necessidade de ampliar o conhecimento sobre o tema, visto que tem motivado reflexões e debates por parte dos profissionais da educação e afins. Entendido em sua extensa visão, pressupõe medidas que extrapolam a dimensão arquitetônica e abrangem o campo legal, curricular, das práticas avaliativas, metodológicas, entre outras.

No Quadro 2 é apresentado o Espectro da Acessibilidade para um melhor entendimento das definições das diferentes acessibilidades.

Quadro 2 - Espectro da Acessibilidade

Espectro da Acessibilidade	Definições
Acessibilidade Atitudinal	Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionadas a esta, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras
Acessibilidade Arquitetônica	Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos
Acessibilidade Metodológica	Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente de atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas
Acessibilidade Programática	Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas e regulamentos)
Acessibilidade Instrumental	Superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva)
Acessibilidade Transportes	Forma de acessibilidade que elimina barreiras não só nos veículos, mas também nos pontos de paradas, incluindo as calçadas, os terminais, as estações e todos os outros equipamentos que compõem as redes de transporte

Fonte: BRASIL, 2013 (adaptado).

Aspectos como as condições didático-pedagógica dos professores, falta de tecnologias de ajuda para operacionalização de um processo de aprendizagem e inclusão deste estudante de modo pleno encontram-se entre os principais obstáculos para a inserção deste público no Ensino Superior.

Assim, a fim de garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência no Ensino Superior foi criado, em 2005, o Programa Incluir que é fruto da parceria entre a Secretaria

de Educação Superior (SESu) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e tem como objetivos principais:

Fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (BRASIL, 2013).

Então, pode-se dizer que os sistemas de ensino devem se organizar para atender aos estudantes público alvo da Educação Especial, oferecendo-lhes uma educação pública, laica e de qualidade.

Em relação às normas a serem seguidas, como os materiais e medidas a serem utilizados, estão citadas na Norma 9050 (ABNT, 2015) que discorre sobre acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, tendo como seus principais objetivos:

Estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. No estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como: próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar necessidades individuais. Esta Norma visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos (ABNT, 2015).

Atualmente, a acessibilidade é um termo muito discutido nas suas diversas dimensões e contextos para que venha a propiciar direitos a uma determinada população, destacando-se, neste universo populacional, o segmento das pessoas com deficiência.

O conceito de acessibilidade deve ser verificado de forma ampla e não apenas restrito às questões físicas e arquitetônicas, uma vez que a definição expressa um conjunto de dimensões diversas, complementares e indispensáveis para que haja um processo de efetiva inclusão.

De acordo com o exposto nesta sessão, nota-se que o direito de acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro tem apresentado algum avanço, sobretudo quando lançamos nosso olhar para a história e as políticas públicas educacionais. No entanto, cabe questionarmos as reais condições, não só de acesso, de permanência e

apropriação devida dos conteúdos acadêmicos desta parcela da população, daí a importância de se estudar a trajetória acadêmica destes, neste patamar da educação.

2. TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

A temática trajetórias acadêmicas de pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro é recente, pois estas pessoas estão ganhando espaço neste nível de ensino há pouco tempo, dado o histórico de exclusão o qual vêm sendo superado com a criação de leis que amparam e favorecem a formação destas pessoas.

Esta sessão apresenta um estudo relacionado à trajetórias acadêmicas de pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro e o que diz a produção do conhecimento sobre a temática.

Haas e colaboradores (2016) apresentam o conceito de trajetória escolar como multifacetado que vem delineando um percurso histórico associado à área da Educação Especial, em sintonia com a inclusão escolar.

Em razão disto, eles são amparados pela legislação maior através da Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu capítulo III, que trata sobre a Educação, a Cultura e o Desporto, da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1990, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 1996, do Plano Nacional de Educação nº 10.172 de 2001, da Lei da LIBRAS nº 10.436 de 2001, do Decreto Federal nº 5.296 de 2004 sobre Acessibilidade, do Programa Incluir de 2005, da Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência de 2006, da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, da Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 2015 e da Lei de Cotas para o Ensino Superior nº 13.409, de 2016 (BRASIL, 1988; 1990; 1996; 2001; 2004; 2005; 2006; 2008; 2015; 2016).

Como apresentado, o número de pessoas com deficiência no Ensino Superior é muito baixo. Um ponto que pode ser levantado para uma possível explicação sobre esta pequena porcentagem é decorrente de uma história de um Ensino Superior excludente em sua origem e história, como já visto em capítulos anteriores. A acesso às instituições de Ensino Superior tem um berço elitista, ou seja, tal imagem ainda permanece em alguns momentos, sendo com pessoas com deficiência, mulheres, indígenas, negros, entre outros. Por isso a grande importância de oportunizar este público em foco para acessarem, permanecerem e concluírem este nível de ensino.

Neste contexto, Moreira (2005) afirma que as universidades devem ampliar o significado de sua função social e assegurar o direito à educação e à igualdade de

oportunidades àqueles estudantes que tradicionalmente não fazem parte de seu alunado, como é o caso dos estudantes com deficiência.

Pereira (2007) apresenta que o impedimento ao acesso dos estudantes com deficiência vem a ser associado à falta de condição de competir com os outros estudantes, tendo em vista as dificuldades de toda sua trajetória, principalmente a escolar. Entretanto, aqueles que conseguem vencer as barreiras escolares, têm acesso aos cursos universitários considerados de menor status entre os cursos oferecidos, aqueles menos disputados no processo seletivo ou com mensalidades mais acessíveis.

Fatos evidenciam que a educação pode transformar a vida de uma pessoa, principalmente, de uma pessoa com deficiência. O objetivo da educação para estudantes com deficiência é o de reduzir os obstáculos que impedem o sujeito de desempenhar atividades e participar plenamente na sociedade em que vivem (NOGUEIRA, 2003).

Com objetivo de conhecer os trabalhos que estão discutindo sobre a temática trajetórias acadêmicas de pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro, foi feito um mapeamento de produções acadêmicas sobre o assunto.

Com isso, a pesquisa foi realizada no site da base de dados Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando os seguintes termos de busca: pessoa com deficiência e Ensino Superior; acesso de pessoas com deficiência e Ensino Superior; permanência de pessoas com deficiência e Ensino Superior; trajetórias de pessoas com deficiência no Ensino Superior.

Os critérios de inclusão para os trabalhos foram: estar em língua portuguesa, tratar da trajetória escolar de pessoas com deficiência em Instituições de Ensino Superior brasileira e pesquisas no período de 1988 a 2015. A escolha da data apresentada de início foi feita por ser a partir da publicação da Constituição Brasileira de 1988 e a final, 2015, correspondeu a data da presente pesquisa que teve início em 2016.

Para critérios de exclusão: não estar língua portuguesa, ter sido publicada antes de 1988 e posterior a 2015, não tratar exclusivamente da trajetória escolar de pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro e ter como tema central a Instituições de Ensino Superior. Partindo destes critérios, os trabalhos encontrados na base de dados, serão apresentados a seguir.

Na base de dados consultada, a BDTD, com o termo de busca *pessoa com deficiência no Ensino Superior*, foram encontrados 1161 registros, após a leitura dos títulos, o número caiu para 18 trabalhos. Para o termo *acesso de pessoas com deficiência e Ensino Superior*, o resultado foi de 955 registros, sendo selecionados 29 pesquisas. Em

permanência de pessoas com deficiência e Ensino Superior os registros totalizaram 767 artigos, selecionando 21 trabalhos. Para finalizar, o termo *trajetórias de pessoas com deficiência e Ensino Superior* resultou em 772 registros e foram selecionados 10 trabalhos.

O total final de trabalhos apurados, após retirar as duplicações que apareceram nos resultados, foi de 17, sendo 10 dissertações de mestrado e 7 teses de doutorados, diluídas em programas de Pós-Graduação de Controladoria e Contabilidade, Educação e Educação Especial.

Dentre as pesquisas levantadas, o tema central do trabalho era o de relatar sobre a trajetória acadêmica de pessoas com deficiência, englobando o acesso e a permanência deste público no Ensino Superior brasileiro.

Notou-se que o número de pesquisas foi maior quando se tratou de toda a trajetória escolar, principalmente, ao abordar a Educação Básica, ou seja, da Educação Infantil ao Ensino Médio. A justificativa para isto é que o número de pessoas com deficiência no Ensino Superior está crescendo recentemente, dado que há algumas décadas o número era bem pequeno. Atualmente, com a criação de políticas que subsidiam este público, a tendência é que estas pessoas cheguem no Ensino Superior e permaneçam até a conclusão, pois estão amparados legalmente, como apresentado anteriormente.

As pesquisas sobre trajetórias escolares de pessoas com deficiência no Ensino Superior puderam ser consideradas recentes, encontrando-se dentro dos critérios de inclusão acima citados, dado que datam de a partir do ano de 2005, aparecendo depois em 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2014 e 2015. Como apresentado no Quadro 3, abaixo.

Quadro 3 - Número de pesquisa, titulação e ano de publicações

Ano	Mestrado	Doutorado	Total
2005	1	-	1
2007	1	-	1
2008	-	1	1
2009	-	1	1
2010	1	-	1
2011	2	3	5
2012	1	1	2
2014	2	-	2
2015	2	1	3
Total	10	7	17

Fonte: elaborado pela autora.

Como apresentado no Quadro 3, foi possível notar que os trabalhos totalizaram 17 títulos. Destacou-se que nos anos 2005, 2007, 2008, 2009 e 2010, apenas um trabalho foi encontrado em cada ano, em 2012 e 2014 foram dois trabalhos, 2015 três trabalhos e destacou-se 2011 com cinco trabalhos. Acredita-se que as pesquisas se concentraram nos anos citados devido à criação das políticas em anos anteriores que aprovam Portaria nº. 3.284 de 7 de novembro de 2003 que dispõe sobre a acessibilidade dos estudantes com deficiência na Educação Superior (BRASIL, 2003).

Notou-se também que, a maior parte das produções se concentra em trabalhos de mestrado, totalizando 10 obras. Para Bueno (2008), tal diferença pode ser justificada por existir menos programas de pós-graduação que abrangem doutorado e por uma tese de doutoramento demandar um maior tempo para construção e conclusão.

Em relação aos programas de pós-graduação e às universidades em que os trabalhos pertenciam, apresenta-se no Quadro 4.

Quadro 4 - Distribuição por Programa de Pós-Graduação

Ano	Programa	Universidade
2005	Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
2007	Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2008	Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Estadual de Campinas
2009	Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2010	Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Federal de Uberlândia
2011	Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Federal da Paraíba
	Programa de Pós-Graduação em Educação Especial	Universidade Federal de São Carlos
	Programa de Pós-Graduação em Educação Especial	Universidade Federal de São Carlos
	Programa de Pós-Graduação em Educação Especial	Universidade Federal de São Carlos
	Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
2012	Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Estadual de Campinas
2014	Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
	Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Federal da Paraíba

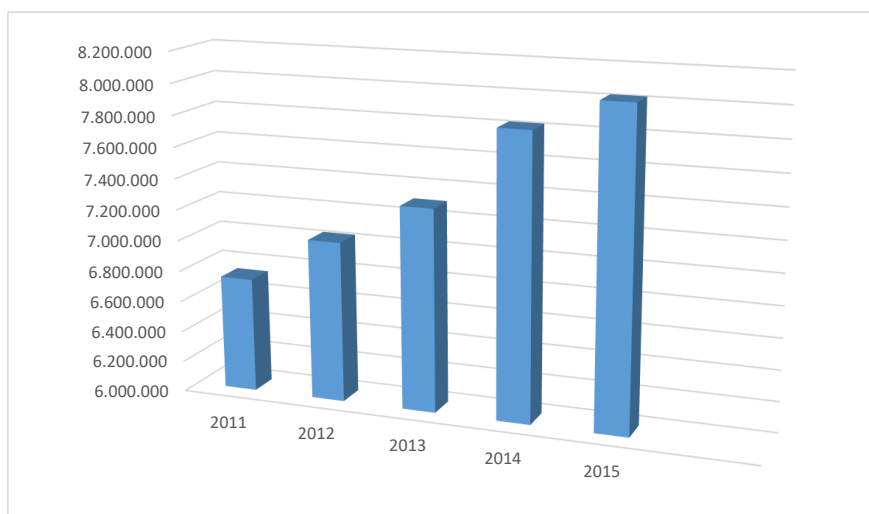
2015	Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade	Universidade de São Paulo
	Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
	Programa de Pós-Graduação em Educação Especial	Universidade Federal de São Carlos

Fonte: elaborado pela autora.

Como explicitado no Quadro 4, as pesquisas foram diluídas em Programas de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Educação e Educação Especial, sendo em universidades federais, estaduais e particulares em três regiões brasileiras: sul, sudeste e nordeste.

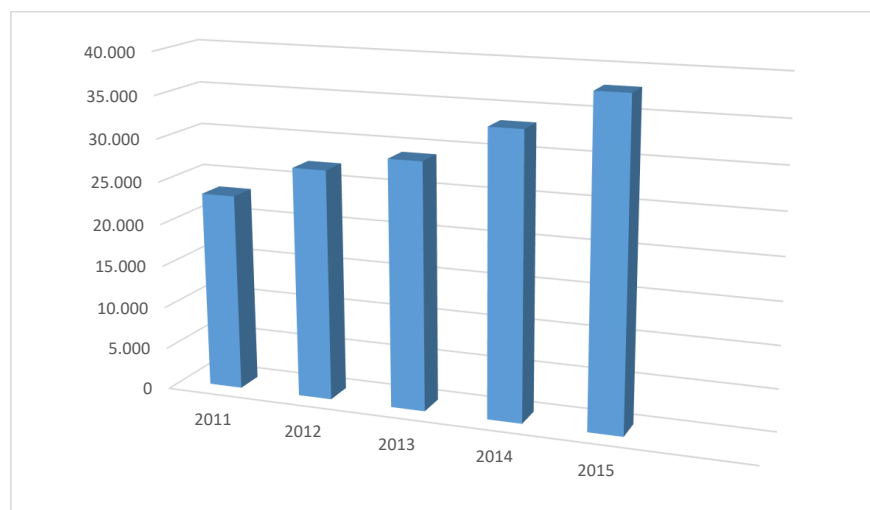
Outro fator importante de relatar foi que, no INEP, o número de matrículas de pessoas com deficiência no Ensino Superior veio aparecer somente no ano de 2011, anteriormente, estes estudantes, provavelmente, estariam contabilizados juntamente com o número total de matrículas, em seguida os dados estão apresentados no Gráfico 1 e 2.

Gráfico 1 - Matrículas no Ensino Superior



Fonte: INEP adaptado (2017).

Gráfico 2 - Matrículas de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior



Fonte: INEP adaptado (2017).

Após analisar os Gráficos 1 e 2, concomitantemente, foi possível notar o quanto era pequeno o número de matrículas de pessoas com deficiências no Ensino Superior brasileiro, se comparado com o valor total de matrículas. É certo que houve um crescimento, por menor que fosse, e, nos últimos dados que datam 2015 pode-se dizer que estes estudantes contabilizaram 0,48% das matrículas, ou seja, menos de 0,5%. Foi um dado muito importante e alarmante.

No ano de 2013 teve também duas leis de extrema importância e influência para a temática de pessoas com deficiência no Ensino Superior, o Plano Viver Sem Limites (BRASIL, 2013). Tal plano que defende o acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade. O outro documento, Documento Orientador do Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior (BRASIL, 2013), teve sua primeira publicação em 2005 e objetiva orientar a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior, a fim de assegurar o direito da pessoa com deficiência à Educação Superior.

Para além, em 2015, foi criado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, através da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o qual foi um grande ganho para a área, pois não

existia nenhuma legislação específica, tanto é que ganhou o nome de Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Neste momento, abordar-se alguns estudos que foram desenvolvidos com a temática acessibilidade no Ensino Superior, destacando questões sobre a trajetória acadêmica de pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro.

A dissertação de Fortes (2005) teve como objetivo analisar como vem se processando a inclusão, na universidade, de três alunos com deficiência visual, utilizando o método estudo de caso. Para tal, como instrumento de coleta de dados, foi utilizada a entrevista. Os dados coletados e analisados apontaram para o fato de que a inclusão proporcionava aos alunos com deficiência visual a superação de várias barreiras, como a do próprio vestibular, assim como um crescimento acadêmico significativo, a oportunidade de se socializar e de se beneficiar com as experiências não acadêmicas no ambiente universitário. Houve o reconhecimento de que várias ações foram empreendidas no âmbito da UFRN, visando o acesso e a permanência dos alunos, porém, acreditam que muito ainda existe para ser realizado no que diz respeito à preparação do corpo docente e dos funcionários, à orientação da comunidade mais ampla, à quebra de barreiras atitudinais e pedagógicas, ao apoio humano e material imprescindíveis ao pleno desenvolvimento destes alunos.

O estudo de mestrado de Pereira (2007) apresentou como objetivo compreender o processo de implantação de cotas provenientes das ações afirmativas, no Ensino Superior, como possível contribuição para a inclusão do aluno com deficiência na Universidade. A abordagem metodológica foi do tipo qualitativo e os instrumentos utilizados para coleta de dados foram entrevistas semiestruturadas individuais, compostas por questões abertas. Além dos alunos com deficiência, este estudo teve como sujeitos alguns gestores que estiveram envolvidos com a temática na Universidade. A partir dos depoimentos colhidos, na etapa qualitativa do estudo, foram construídos eixos que orientaram a análise. Os resultados evidenciaram a ocorrência de dificuldades que se concentraram no processo de ensino-aprendizagem e a necessidade ações específicas, voltadas para esta parcela da população acadêmica.

Focando nas questões da inserção de alunos com deficiência nos cursos da Unicamp, Alcoba (2008) relatou ser um desafio que ultrapassa o cumprimento da legislação existente sobre acessibilidade, pois também dependia das relações interpessoais e pedagógicas. Dada a importância dos professores nestas relações, esta pesquisa investigou o modo como os profissionais encaravam as possibilidades destes

alunos seguirem os cursos, visando conhecer fatores que promoviam ou dificultavam a sua inclusão. Foram realizadas entrevistas abertas com 30 professores. Foi possível perceber que houve hesitação e insegurança em receber estudantes com deficiência, decorrente da falta de experiência, contato prévio com tais alunos e do desconhecimento dos apoios e adaptações possíveis ou já disponíveis na universidade. Os relatos mostraram a importância da presença destes alunos e de sua participação na construção de condições propícias para o exercício de sua capacidade e autonomia.

A tese de Rosseto (2009) teve como objetivos compreender as singularidades da trajetória pessoal e aquelas relativas à escolarização de pessoas com deficiência que frequentaram o Ensino Superior, identificando suas características e suas específicas necessidades no contexto educativo e acadêmico, tomando como universo de referência a Universidade Estadual do Oeste do Paraná. A abordagem metodológica escolhida foi de natureza qualitativa, utilizando o método narrativo de histórias de vida. Foram selecionados quatro sujeitos com deficiência que concluíram o Ensino Médio, ingressaram na Universidade e inseriram-se no mercado de trabalho: um cego, um com visão reduzida e dois surdos. A partir do relato de suas histórias de vida foram construídos quatro eixos que orientaram as análises da pesquisa. Os resultados evidenciaram que, para além de qualquer alteração orgânica, foi a partir das interações sociais estabelecidas com o outro e com o meio que o sujeito, influenciado pelos aspectos vivenciados em sua história, educação e cultura, pode romper com seu determinismo biológico.

Ferreira (2010) apresentou como objetivo investigar as experiências vivenciadas pelos estudantes com deficiência visual em Instituições de Ensino Superior na cidade de Uberlândia-MG, bem como descrever a trajetória escolar dos sujeitos pesquisados, identificar as principais dificuldades e facilidades vivenciadas por eles no cotidiano das instituições e analisar os aspectos pedagógicos do contexto acadêmico. Nesta pesquisa descritivo-exploratória, de abordagem qualitativa, a obtenção dos dados foi organizada a partir de entrevistas semidirigidas com 13 sujeitos, sendo nove com baixa visão e quatro com cegueira. A análise das experiências vivenciadas, fundamentadas em estudos sobre o tema, evidenciou que os recursos tecnológicos foram facilitadores da aprendizagem e encorajaram as pessoas desprovidas da visão a buscar um curso universitário, embora nas instituições investigadas tais recursos ainda não eram suficientemente apropriados para as necessidades dos deficientes visuais.

Em 2011, Nascimento trouxe como objetivos de sua dissertação explorar as experiências de inclusão educacional para identificar fatores que facilitaram e/ou

dificultaram o acesso ao ensino superior e à permanência nele. A pesquisa foi de caráter descritivo e exploratório que buscou ampliar a reflexão sobre o processo de inclusão e parte da escuta de experiências de escolaridade de oito universitários matriculados em Universidade/Faculdade de Recife PE e João Pessoa PB. O estudo envolveu pessoas com deficiência física, deficiência auditiva/surdez, deficiência visual/cegueira e baixa visão, deficiência intelectual/síndrome de Down. Os resultados obtidos apontaram que ainda era muito pequeno o percentual de matrícula de jovens com deficiência no Ensino Superior, considerando que estas pessoas demoravam mais para ingressar neste nível de ensino. Também foi possível observar que o preconceito e falta de acessibilidade nas Universidades/Faculdades ainda se constituíam como um grande entrave para o acesso às instituições de Ensino Superior e permanência nelas.

Na tese de Castro (2011), os objetivos foram identificar as ações e iniciativas de universidades públicas brasileiras quanto ao ingresso e à permanência de pessoas com deficiência, a fim de verificar as barreiras e os facilitadores encontrados pelos estudantes no cotidiano do Ensino Superior. Foi realizada em 13 universidades públicas brasileiras e o método de investigação foi a pesquisa de campo. Optou-se por cinco fontes de evidências: questionário, entrevista semiestruturada, documentos, observação direta informal e artefatos físicos. Os participantes foram: 1) Reitor(a) da instituição ou alguém por ele/ela designado; 2) Coordenador(a) do Processo Seletivo/Vestibular ou alguém por ele/ela designado; 3) Coordenador(a) do núcleo, serviço ou programa de atendimento especializado aos alunos com deficiência e 4) Alunos com deficiência. As principais barreiras encontradas nas universidades foram: Arquitetônicas, Comunicacionais, Pedagógicas e Atitudinais. Como resultados, foi possível observar que as universidades vinham desenvolvendo ações, porém ainda não eram suficientes para a permanência e participação dos alunos com deficiência.

Destaca-se como objetivos de Oliveira (2011), as interrogações quanto à implantação da Educação Inclusiva, ao Sistema de Cotas e à Política Educacional da Universidade Estadual de Montes Claros. Os sujeitos da pesquisa foram os alunos que tiveram o ingresso pelo Sistema de Cotas na Categoria C (deficientes), matriculados nos cursos de graduação desta instituição no período de 2005 a 2009. A pesquisa foi desenvolvida com a metodologia quantitativa, descritiva e como instrumento de coleta de dados foram utilizados documentos oficiais da instituição. As considerações finais indicaram a necessidade de incrementar os escassos estudos de mapeamento dos acadêmicos com deficiência, no sentido de localizá-los e poder oferecer-lhes condições

dignas de permanência na instituição, juntamente com ações institucionais que viessem ao encontro de suas expectativas, de forma a garantir uma educação para todos.

Na dissertação de Melo (2011) os objetivos foram os de discutir e analisar o processo de inclusão escolar de uma pessoa cega no curso de Licenciatura em Música, na Escola de Música na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bem como refletir sobre a importância da constituição de sistemas de apoio para assegurar o processo inclusivo universitário de pessoas com deficiência visual. Na busca de atingir tais objetivos, a investigação optou por uma abordagem metodológica qualitativa, do tipo estudo de caso, utilizando como procedimentos de construção dados a entrevista, a observação, a análise de documentos e os registros fotográficos. Integraram o grupo de participantes do estudo um aluno cego da turma 2009 do curso de Licenciatura em Música, professores de duas disciplinas cumpridas por este aluno, dois colegas de turma, um monitor de apoio em teoria musical, o coordenador do curso e o diretor da escola, além de outros dois sujeitos que contribuíram com o processo de inclusão em ações não formalizadas institucionalmente. Os resultados encontrados indicaram iniciativas propostas pela UFRN que contribuíram com inclusão de alunos com deficiência na instituição, a principal delas foi a criação da Comissão Permanente de Apoio aos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE), grupo que orientava setores administrativos, professores, diretores, coordenadores e alunos quanto às medidas necessárias para o acesso e a permanência com qualidade para todos.

Renders (2012) apresentou que sua tese resultou de uma pesquisa que se pautou no movimento das diferenças promovido pela presença/reivindicação das pessoas com deficiência na educação superior, tendo como objeto de estudos as práticas inclusivas desenvolvidas, na Universidade Metodista de São Paulo nos anos de 2005 a 2010. Foram apresentadas as seguintes hipóteses: primeiro, trabalhar com os eixos de acessibilidade física e comunicacional não garantiria que todos pudessem chegar aos estudos superiores, pois a Educação Superior brasileira é inerentemente meritocrática em seus processos classificatórios e seletivos, de modo que tal realidade se impõe também aos estudantes com deficiência pelo esvaziamento ou desperdício de suas experiências no espaço educacional. Segundo, o paradigma educacional da inclusão vem ao encontro de um paradigma emergente e, por conseguinte, a presença/ reivindicação das pessoas com deficiência na universidade pode contribuir para uma revisão epistemológica importante na transição paradigmática desta contemporaneidade. Tais hipóteses confirmaram-se no decorrer da pesquisa, portanto, esta tese defendeu que a presença das pessoas com

deficiência, por si só, era reivindicação e contribuiu para a revisão epistemológica advogada pelo paradigma epistemológico emergente nos termos das ecologias dos saberes diferentemente sábios, das temporalidades e dos reconhecimentos recíprocos.

O objetivo do trabalho de Santos (2012) consistiu em identificar as dificuldades de acessibilidade encontradas pelas pessoas com deficiência física na Universidade Federal de Sergipe, especificamente, na Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos. Para tanto, neste trabalho, optou-se pela proposta do estudo de caso, a partir da modalidade de pesquisa qualitativa sem menosprezar a questão quantitativa. Os principais resultados desta investigação demonstraram que ainda havia muito que ser feito para incluir realmente o deficiente físico na Cidade Universitária professor José Aloísio de Campus, dado que foram encontradas barreiras, como falta de acesso aos prédios com dois pavimentos, banheiros sem adaptação para a pessoa com deficiência, pisos sem manutenção, entre outros.

Em sua dissertação, Pin (2014) apresentou que seu estudo objetivou conhecer as condições pedagógicas e institucionais da inclusão educacional de acadêmicos com deficiência na Educação Superior e compreender como se organizava, institucionalmente, em uma IES pública, o apoio dos cursos de graduação aos docentes e alunos, diante do processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, foi realizado um estudo de caso sobre a temática inclusão educacional, o qual teve como lócus de trabalho o Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foram realizadas entrevistas com 16 docentes coordenadores dos Cursos de Graduação e com quatro acadêmicos com deficiência. O estudo demonstrou que os conhecimentos sobre o processo de inclusão na universidade passaram pela formação dos professores no que se refere às questões que envolviam o compromisso institucional, não somente para o acesso da pessoa com deficiência, mas, fundamentalmente, no que diz respeito às condições de permanência deste aluno na universidade.

Silva (2014) mostrou que o tema da acessibilidade se tornou uma importante diretriz para os governos e as instituições a fim de assegurar os direitos das pessoas com deficiência à educação, ao trabalho, à cultura e lazer, bem como melhorar sua qualidade de vida e participação nos espaços comuns. Isto envolveu a eliminação de barreiras nas instituições, incluindo as de educação superior que, historicamente, têm sido seletivas e elitistas. Seu objetivo foi identificar e analisar, à luz dos Estudos Culturais, experiências de acessibilidade no vestibular, durante a formação até a graduação. A metodologia estudo de caso, combinada com a técnica de shadowing, foi usada para investigar as

experiências de acessibilidade de seis estudantes da Universidade Federal da Paraíba, campus de João Pessoa. Os principais achados mostraram que: (a) a acessibilidade é um tema que deve começar a ser tratado muito antes do vestibular porque existe uma série de barreiras que impedem as PcD de ter acesso à educação superior, relativas ao acesso à informação sobre cursos de graduação e meios de realizar a inscrição para o vestibular, à situação familiar social e econômica e à escolha do curso de graduação; (b) o governo federal e a Universidade Federal da Paraíba eram muito lentos para implementarem uma política institucional de inclusão efetiva e não havia procedimentos de monitoramento e avaliação do Programa Incluir, portanto, as barreiras para esta população ainda eram consistentes; c) os diferentes tipos de acessibilidade eram interdependentes e influenciavam-se mutuamente, contudo a acessibilidade atitudinal parecia ser a mais relevante entre todas, dado que quando há acesso atitudinal as outras barreiras à acessibilidade tendem a ser reduzidas ou eliminadas; (d) apesar do marco legal, as/os EcD na educação superior ainda conheciam superficialmente ou não tinham conhecimento apropriado sobre seus direitos e raramente faziam uso do sistema legal existente para assegurá-los.

Guerreiro (2015) objetivou, em sua pesquisa, conhecer o nível de satisfação do aluno com deficiência, quanto ao acesso e à permanência, através de um instrumento construído para este fim. Para isto, foi escolhida uma instituição de Ensino Superior que reunisse as características necessárias para testar o instrumento. Dentro deste objetivo, propôs-se identificar o perfil desta população, o nível de satisfação quanto às estruturas físicas e operacionais oferecidas, o nível de satisfação e atitudes perante os obstáculos, bem como os conhecimentos da legislação sobre acessibilidade e a NBR 9050/2004. Foi um estudo quantitativo-qualitativo, com ênfase no primeiro, exploratório, correlacional e transversal. A amostra foi composta por 18 alunos, sendo oito deles com deficiência visual, seis com deficiência física, três com deficiência auditiva e um com dificuldades de aprendizagem. Portanto, os achados permitiram afirmar que a aplicação de um instrumento que mensure a satisfação do aluno com deficiência no ensino superior foi viável e útil, no sentido de avaliar o rumo que a universidade estaria tomando com relação à garantia do acesso e permanência deste alunado.

Em 2015, Carvalho trouxe em sua dissertação os objetivos: entender a trajetória de vida de alunos com deficiência graduados e com alguma passagem pela contabilidade, fosse através da faculdade ou por meio do ambiente de trabalho, apoiando-se em relatos da vida profissional e educacional, obstáculos e facilitadores encontrados. Buscou-se,

através da história oral, pontos convergentes entre os relatos e sugestões para a melhoria das condições nas universidades para acesso e permanência da pessoa com deficiência. Verificou-se, assim, que foi crescente o número de alunos com deficiência no Ensino Superior e que as condições nas instituições de ensino melhoraram nos últimos anos. No entanto, os facilitadores apontados pelos entrevistados continuavam fora das instituições, tais como amigos de sala. Além disto, a divulgação dos serviços existentes deveria ser mais difundida, a fim de que todos tivessem consciência de seus direitos. Concluiu-se que, apesar do enorme avanço ocorrido nas últimas décadas, ainda havia muito a ser desenvolvido dentro das universidades a fim de garantir o direito de educação a todos.

Na tese de Góes (2015), o objetivo foi o de analisar as políticas de inclusão e as condições de permanência dos alunos com deficiência na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Utilizaram-se entrevistas semiestruturadas para abordar alunos com deficiência, professores, coordenadores de cursos, diretores de Campus e de Centros nos quais estes alunos encontravam-se matriculados, integrantes do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais e gestores dos cinco Campus da Universidade. Concluiu-se que o debate sobre a inclusão das pessoas com deficiência precisava se enraizar na estrutura interna da universidade e na concepção política e elitista do governo do Estado do Paraná, que ainda possuía fortes ondas conservadoras que, muitas vezes, sufocavam os movimentos contra hegemônicos, dificultando o processo de inclusão de todos numa universidade pública, gratuita e de qualidade.

Com a apresentação dos objetivos, metodologia e resultados das pesquisas mapeadas, foi possível constatar que alguns trabalhos seguiram a mesma metodologia, com objetivos diferentes e resultados similares. As obras apresentaram, na maioria dos casos, que a temática ainda era pouco estudada e escassamente divulgada. Muitos não sabiam que as pessoas com deficiência estavam chegando no Ensino Superior e que são amparados pela legislação. Outro tópico relevante nas pesquisas foi a formação de professores universitários, ou seja, na maior parte dos casos tais profissionais não estavam preparados para receber as pessoas com deficiência em uma sala de aula universitária.

Retomando, a presente sessão abordou sobre o que vem sendo pesquisado na área em todo o Brasil, sendo assim, dando continuidade ao trabalho, a próxima sessão abordará os caminhos metodológicos da pesquisa, apresentando a seleção de participantes até análise dos dados.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Na tentativa de contribuir para o desvelamento da realidade, o presente estudo apresentou uma abordagem qualitativa com enfoque de estudos exploratórios, caracterizado pela busca e análise dos dados em sua riqueza, respeitando o máximo possível a forma em que foram registrados (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

O enfoque qualitativo não apresenta medição numérica nas questões de pesquisa, tendo como foco apresentar suas questões mais importantes na pesquisa, refiná-las e respondê-las, de modo que a ênfase é a de entender todo o processo. Este tipo de pesquisa dá uma profundidade aos dados, riqueza interpretativa, contextualização do ambiente, dos detalhes e das experiências únicas. Já o percurso da pesquisa adotado foi classificado como estudo exploratório que têm como objetivo examinar um tema pouco estudado, do qual se tem muitas dúvidas ou não foi abordado antes (SAMPLIERI et al., 2006).

A presente pesquisa foi considerada qualitativa em todos os níveis, desde a coleta à análise de dados. Ao se referir à pesquisa qualitativa, o esperado é que os materiais para análise sejam preparados, não eliminando informações valiosas relacionadas com a questão de estudo, e organizando o material de acordo com critérios previamente determinados. Na análise dos dados é importante centrar-se nos objetivos e organização dos dados, para que haja uma fluência no arranjo das categorias, no contexto de estudo e na relação dos resultados fundamentadas em teorias.

Pode-se dizer que o estudo teve caráter qualitativo uma vez que tratou de uma pesquisa que visava interpretar as evidências encontradas, de acordo com os dados obtidos das observações do pesquisador, análise documental, entrevistas e outros. Subjacente ao método, procurou-se, ainda, avaliar a lacuna existente entre os pressupostos teóricos e as ações efetivamente colocadas em prática.

Os sujeitos que participaram da pesquisa foram previamente contatados e selecionados, os critérios de inclusão foram: ser maior de idade, apresentar alguma deficiência tanto adquirida quanto congênita e ter cursado ou estar cursando o Ensino Superior brasileiro. E os critérios de exclusão: ser menor de idade, não ter deficiência, não ter formação ou não estar cursando o Ensino Superior brasileiro. Para encontrar os participantes foi feito um levantamento em materiais de trajetórias escolares de pessoas com deficiência, reportagens, redes sociais e e-mails. No Quadro 5 está apresentado o perfil dos participantes da pesquisa.

Quadro 5 - Perfil dos participantes

Participante	Gênero	Nascimento	Deficiência	Congênita/ Adquirida	Cidade de Moradia
P1	F	1953	Paralisia Cerebral	Congênita	São Paulo/SP
P2	M	1965	Física	Congênita	Descalvado/SP
P3	F	1969	Física	Congênita	São Bernardo do Campo/SP
P4	F	1971	Física	Adquirida	Santa Cruz das Palmeiras/SP
P5	M	1978	Física	Adquirida	Santa Cruz das Palmeiras/SP
P6	F	1979	Física	Adquirida	Pirassununga/SP
P7	M	1987	Múltipla (Visual e Física)	Congênita	Rio Claro/SP
P8	F	1994	Física	Adquirida	Ribeirão Preto/SP
P9	M	1997	Paralisia Cerebral	Congênita	Monte Santo de Minas/MG

Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com o número de participantes, quanto ao gênero, foi um número de cinco pessoas que se identificaram como do sexo feminino e quatro do sexo masculino. O ano de nascimento variou de 1953, o participante mais velho, a 1997 - o participante mais novo, ou seja, a idade dos sujeitos estava no intervalo de 20 a 64 anos. Em relação à cidade em que residiam, sete eram do interior do estado de São Paulo, um da capital e um do interior de Minas Gerais. No que se diz respeito às deficiências de cada sujeito, é apresentado no Quadro 6.

Em relação à deficiência, se era adquirida ou congênita foi estruturado no Quadro 5, sendo duas com paralisia cerebral, seis com deficiência física e uma com deficiência múltipla, sendo que havia quatro participantes com deficiência física adquirida, mas todas antes de ingressar no Ensino Superior. Em sequência, no Quadro 6 aponta-se a formação e situação da profissão em que se encontravam.

Quadro 6 - Formação e situação

Participante	Formação	Ingresso	Conclusão	Instituição	Situação
P1	Cursando Educação Física	2016	Em andamento	Privada	Estudante
P2	Pedagogia	2013	2015	Privada	Pedagoga
P3	Psicologia	2011	2016	Privada	Psicóloga

P4	Filosofia	1972	1978	Privada	Aposentada
P5	Pedagogia	1991	1995	Privada	Professora universitária
P6	Direito, Educação Física, cursando Psicologia	2006 2012 2017	2010 2014 Em andamento	Privada Privada Privada	Aposentado
P7	Educação Física	2012	2014	Privada	Aposentada
P8	Direito	1984	1988	Privada	Advogado
P9	Pedagogia	2012	2015	Privada	Pedagogo

Fonte: dados da pesquisa.

Notou-se que, dos nove participantes, três eram aposentados, um ainda estava cursando a primeira graduação e cinco estavam no mercado de trabalho exercendo sua profissão. O ano de ingresso e de conclusão nas instituições de Ensino Superior foi esboçada no Quadro 7. Os participantes que exerciam a profissão eram três pedagogos que estavam atuando como professores da rede pública e universitária privada.

O tempo entre ingresso e conclusão do curso no âmbito do Ensino Superior variou entre os participantes que já terminaram pelo menos uma graduação. Apenas dois apresentaram um tempo maior para concluir o curso e, como apontado no Quadro 7, todos os sujeitos que participaram da pesquisa concluíram o curso em instituições de Ensino Superior privadas.

O site do INEP apresenta um avanço no número de estudantes com deficiência no Ensino Superior brasileiro matriculados em universidades particulares. Em 2015, os dados apontaram que dos 37.927 estudantes com deficiência matriculados, 22.175 estavam dentro das Instituições de Ensino Superior privadas, ou seja, 67% das matrículas (INEP, 2016).

Os locais para realização das entrevistas foram escolhidos pelos participantes, ou seja, um ambiente sem ruídos e que o sujeito se sentisse à vontade para expor suas memórias. Ficou claro também que o participante poderia pausar e/ou finalizar a entrevista a qualquer momento, caso se sentisse desconfortável.

As entrevistas constituem uma fonte de evidência essencial nos estudos qualitativos. Nesta pesquisa, as entrevistas foram construídas com o objetivo de identificar as ações e os movimentos para a construção da acessibilidade no Ensino Superior brasileiro através das trajetórias acadêmicas de pessoas com deficiência.

A escolha da entrevista do tipo semiestruturada se deu pela sua flexibilidade em possuir somente um roteiro básico de perguntas, com uma sequência flexível, dando aos entrevistados mais liberdade para discorrerem sobre o assunto proposto, sendo as perguntas realizadas de forma mais livre. A entrevista semiestruturada tem como uma das suas características a elaboração prévia de um roteiro e passa por análise de juízes, ou seja, pesquisadores da área (MANZINI, 2003).

A entrevista semiestruturada apresenta uma maior possibilidade de entendimento das questões estudadas neste ambiente que permite a realização de perguntas necessárias à pesquisa e também a relativização de tais perguntas, dando liberdade ao entrevistado e a possibilidade de surgir novos questionamentos não previstos pelo pesquisador, o que poderá ocasionar uma melhor compreensão do objeto em questão (OLIVEIRA, 1982).

O roteiro semiestruturado de entrevista (Apêndice II) foi dividido em blocos, sendo eles: identificação dos participantes - perfil, condições de acessibilidade; desdobramentos históricos da acessibilidade; atores e construção da política. O roteiro foi validado em um grupo de pesquisas. As respostas obtidas foram gravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas.

Comentado [Gabi1]: Liz, aqui não ficou claro quais foram os dois blocos. Sugiro que você numere com i) e ii).

Por se tratar de um trabalho que utilizou de memórias de indivíduos, este foi submetido ao Comitê de Ética em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos, com o número do Parecer 1.680.537, sendo assim, a coleta começou após a aprovação do mesmo (Anexo I).

De posse das informações acima descritas, realizou-se entrevistas semiestruturadas com atores e agentes diretamente ligados à realidade vivida nas trajetórias acadêmicas de pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro. As etapas da coleta de dados aconteceram da seguinte maneira, apresentadas no Quadro 7.

Quadro 7 - Etapas para coleta de dados

Etapas	Características
1 - Levantamento do público alvo	Análise em livros, artigos e notícias de jornais, utilizando como palavras-chave trajetórias no Ensino Superior, pessoas com deficiência e trajetórias acadêmicas de pessoas com deficiência no Ensino Superior para encontrar pessoas que se encaixassem nos critérios de inclusão da pesquisa;

2 – Mapeamento dos sujeitos	Após uma análise minuciosa, foram encontradas 55 pessoas
3 – Contato	O contato com os possíveis sujeitos de pesquisa foi feito por e-mails e redes sociais;
4 – Retorno dos possíveis participantes	Após o primeiro contato, 20 pessoas retornaram o contato, então, a pesquisa e seus objetivos foram apresentados de maneira clara e detalhada
5 – Interesse em participar da pesquisa	Dentre estas 20 pessoas, após a apresentação do trabalho, nove não se interessaram em participar, totalizando 11 possíveis pessoas para participação na pesquisa;
6 – Total final de participantes	Destas 11 pessoas, uma marcou e não foi e outra não retornou o contato, totalizando nove participantes finais;
7 – Entrevistas	Marcar as entrevistas em locais de escolha dos participantes;

Fonte: elaborado pela autora.

Após estes passos apresentados acima, as entrevistas foram marcadas em local de escolha do participante e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice I) foi apresentado. As entrevistas tiveram duração entre 40-80 minutos, todas gravadas e transcritas de maneira literal e, em seguida, devolvidas aos participantes para conferência. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado em duas vias pelo participante e pesquisador. Dentre as nove entrevistas realizadas, duas foram feitas via Skype, o motivo por acontecerem online foi por escolha dos participantes que alegaram sentir-se mais à vontade.

O próximo passo do trabalho foi a categorização dos dados, totalizando 3 categorias: i) acesso e permanência no Ensino Superior com subcategorias: processo seletivo, ações afirmativas, cotas, esporte e apoios; ii) reestruturações nas instituições de Ensino Superior com a presença de pessoas com deficiência e iii) núcleos de acessibilidade.

A categorização é um processo gradual de agrupamento de elementos, conceitos ou mensagens que vai sendo elaborado no cotidiano da pesquisa. É uma incessante ida e vinda entre o referencial teórico e os dados obtidos, como também um reformular

constante ao longo da análise das respostas, de acordo com os dados encontrados e com a teoria que embasa a pesquisa.

Esta pesquisa apresentou a reflexão sobre as trajetórias acadêmicas de pessoas com deficiência, compreendendo as relações das trajetórias que levaram a análise também de referenciais teóricos, documentos oficiais e legislação.

Como já apresentado, para o desenvolvimento desta pesquisa optamos em utilizar como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa, tendo como referencial teórico para análise dos dados o materialismo histórico dialético que se refere, de acordo com Horkheimer (1989), como:

A ação conjunta dos homens na sociedade é o modo de existência de sua razão; assim utilizam suas forças e confirmam sua essência. Ao mesmo tempo, esse processo, com seus resultados, é estranho a eles próprios; parece-lhes, com todo o seu desperdício de força de trabalho e vida humana, com seus estados de guerra e toda a miséria absurda, uma força imutável da natureza, um destino sobre-humano (HORKHEIMER, 1989).

Criado por Marx e Engels, o materialismo histórico dialético surge para compreender a dinâmica, as grandes transformações da história e das sociedades humanas. Sendo o materialismo a condição material da existência humana. O histórico parte do entendimento de que a compreensão da existência humana implica na apreensão de seus condicionantes históricos e o dialético é o pressuposto do movimento da contradição produzida na própria história.

A dialética, sob o prisma do materialismo histórico, parte do conceito fundamental de que o mundo não pode ser considerado um complexo de coisas acabadas, mas sim um processo de complexos. A dialética fundamenta-se no movimento, tanto do mundo exterior quanto do pensamento humano. Então, só existe dialética se houver movimento e só há movimento se existir processo histórico (SANFELICE, 2008).

Na abordagem materialista histórico-dialética, o pesquisador apreende a concepção da estrutura complexa em que se substanciaram os pesquisadores das produções ao tratar de conhecimentos científicos específicos que têm caráter abstrato para produzir ciência.

Portanto, a pesquisa foi fundamentada numa abordagem dialética, por ser um tipo de abordagem que permite desvelar, analisar e refletir sobre as realidades sociais, considerando as reflexões sobre o ser humano como síntese de suas relações sociais e com sua individualidade atravessada por múltiplas determinações em condicionantes históricos diversos. Partir dos condicionantes do real e do concreto na pesquisa significa

partir da visão do empírico que pode se esconder suas determinações, na qual o produto pode esconder o processo que o produziu (MARX, 2009).

Compreendendo-se o objeto de estudo nas suas múltiplas determinações, pode-se entender a relação intrínseca que há entre o todo e as partes envolvidas, entre o que é singular, particular e o coletivo numa relação de identidade e de diferença. Portanto, por meio do método e do procedimento metodológico adotados na pesquisa, pretendeu-se não ficar apenas nos significados associados aos objetivos, indo além na busca de compreensão das causas e relações sociais e históricas dos participantes e o contexto da trajetória acadêmica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a realização e transcrição das entrevistas, um procedimento importante na análise foi a elaboração das categorias que tem como objetivo fundamentar a interpretação dos dados. Segundo Bardin (1977), a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e reagrupamento com os critérios previamente definidos.

A categorização dos dados coletados é o processo pelo qual as ideias são reconhecidas, diferenciadas e classificadas, ou seja, organizar os dados em grupos com um propósito específico transformando os dados brutos em dados organizados. Encerrada a transcrição e análise das entrevistas, foram propostas as seguintes categorias: 1) acesso e permanência no Ensino Superior; 2) impactos nas Instituições de Ensino Superior com a presença de pessoas com deficiência; 3) núcleos de acessibilidade.

Para dar continuidade ao trabalho, as categorias serão apresentadas e exemplificadas, vale ressaltar que os dados foram categorizados não de forma engessada e, em alguns momentos eles aparecem em várias categorias, ou seja, estão entrelaçados e se encontram em movimento entre as categorias.

1) Acesso e Permanência no Ensino Superior

Os dados encontrados apontaram para a relação entre acesso e permanência de pessoas com deficiência no Ensino Superior estavam interligadas, de modo a verificar uma dinâmica entre estas duas temáticas. Em alguns momentos, os participantes relataram que para acontecer a permanência teria que acontecer o acesso, mas, em alguns momentos, para que acontecesse o acesso, teria que existir ações que favorecessem a permanência. É um movimento de mão dupla, ou seja, acontece nos dois sentidos.

Para Orlando e Caiado (2014) a questão que se coloca não é somente reafirmar a importância de se garantir a universalização do acesso à educação deste alunado, mas sim questionar as reais condições de acesso, permanência e apropriação devida dos conteúdos escolares.

Como já apresentado na sessão de Ensino Superior, os termos acesso e permanência têm sido constantemente utilizados em educação por meio da expressão acesso ao currículo, cabe destacar que existe uma compreensão ampla que corresponde não só ao ingresso à universidade, mas a permanência do estudante na instituição. Assim,

acesso implica processo de mudança e está relacionado a criar condições legais e direitos igualitários (MANZINI, 2005).

No período que o participante com a formação mais antiga, datada entre 1972/1978, a lei maior que estava em vigor no Brasil era a Constituição de 1967 (BRASIL, 1967) que abordava a educação no Título IV – Da Família, da Educação e da Cultura, em seu artigo 168 – “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana” (BRASIL, 1967, p.44).

Neste pequeno trecho da Constituição que trata da educação, apresenta-se no geral, tanto na educação básica quanto no Ensino Superior e também não explicita quais seriam para as pessoas com e/ou sem deficiência.

Enquanto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a que estava em vigor era a nº 5692 de 11 de agosto de 1971, fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, como era nomeado na época e dá outras providências (BRASIL, 1971).

A legislação de 1971, com enfoque na profissionalização, aborda somente o Ensino Fundamental e Médio, não atingindo a Educação Especial nem o Ensino Superior. Então, o participante que teve a formação no Ensino Superior neste período não estava amparado por nenhuma lei que favorecesse o acesso e a permanência no Ensino Superior, sendo assim, como relatado na entrevista, foi uma situação inovadora dentro da universidade que escolheu cursar.

Diferente com o que aconteceu, legalmente falando, com o participante que entrou no Ensino Superior em 2017, estando em vigor uma outra Constituição e Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Leis, Decretos e Portarias relacionados a Acessibilidade, Estatuto da Pessoa com Deficiência e Lei de Cotas (BRASIL, 1988; 1996; 2000).

Segundo o documento elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura, intitulado Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BRASIL, 2013), é apresentado os espectros da acessibilidade. São eles atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental e nos transportes. O ponto acessibilidade é o que os participantes mais citaram, a falta dela, principalmente, a atitudinal, como mostrado no trecho a seguir.

P6: Na questão física eu não tive problema nenhum. Mas o que eu não entendo é que as pessoas ainda não estão preparadas para receber um deficiente físico, deficiente visual, deficiente auditivo. Ou outra coisa que faça uma

peessoa se limitar. Isso sim eu senti muita resistência, em muitos companheiros da minha turma.

O Participante 6 apresentou que em relação à acessibilidade arquitetônica ou física não houve problemas, dado que a instituição parecia estar adequada, mas em relação à acessibilidade atitudinal foi a que o sujeito sentiu barreiras. Acredita-se que a universidade estava preparada, fisicamente, devido às legislações em vigor no país que abordam a obrigatoriedade dos lugares públicos e também privados, em destaques: o Decreto nº 10.048; o Decreto nº 10.098; a Norma Brasileira nº 9050; o e Decreto-Lei nº 5296 (BRASIL, 2000; BRASIL 2000; ABNT, 2015; BRASIL, 2004).

No decorrer da Norma 9050 (ABNT, 2015) são mostrados os exemplos e as medidas ideais para cada utensílio, como o tamanho de portas, lugares adequados para colocar piso tátil, corrimão, elevadores, entre outros exemplos.

Por isso, nos resultados encontrados na pesquisa, uma das conquistas foi a acessibilidade arquitetônica, ou seja, era a que estava aparentemente mais adequada, se comparada com os outros tipos. Isto aconteceu porque estavam legalmente amparados e como pode vir a resultar em multas, os locais se adaptam rapidamente, justamente para evitar o pagamento. Além disso, está explícito na lei, mas só a garantia na legislação não quer dizer que garante que aconteça, sendo assim, a lei não apresenta ser suficiente para que aconteça todos os tipos de acessibilidade.

No que diz respeito às Normas da ABNT (2015), a acessibilidade arquitetônica é indicada com mais detalhes, facilitando adaptação. É algo bem concreto e direto para ser realizado, diferente da acessibilidade atitudinal que é algo muito mais complexo, pois se trata de mudanças de atitudes da sociedade. Assim, é preciso uma mudança brusca em toda a sociedade, claro, já houve algumas mudanças, mas ainda há muitos desafios a serem superados, como apresentado no destaque nas falas dos participantes:

P4: “A faculdade por conta das leis emittentes, se capacitou e se edificou no critério de acessibilidade para evitar multas, processos. A acessibilidade é só um caminho para que as coisas sejam feitas por iguais, que deixa a sociedade mais justa e igualitária, que pessoas como nós possamos nos locomover para qualquer lugar dentro de uma instituição de ensino e que isso sirva também como espelho para outras instituições criar possibilidades para melhorar mais ainda o sistema educacional, o ingresso de pessoas com deficiência, atrelar o respeito e dignidade a pessoa com deficiência e projetar essa visão não só nos profissionais que vão se formar, mas também aos alunos, professores. Aprendizado também para a comunidade”.

P7: “O prédio da faculdade já era todo acessível com rampas, banheiros adaptados e, alguns meses depois, foi colocado piso tátil para as pessoas com deficiência visual se orientarem”.

Para sustentar o que tem sido apresentado, o Decreto-Lei 5296 de 2004 mostra em seus artigos 10 e 14:

Art. 10. A concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas neste Decreto.

Art. 14. Na promoção da acessibilidade, serão observadas as regras gerais previstas neste Decreto, complementadas pelas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e pelas disposições contidas na legislação dos Estados, Municípios e do Distrito Federal (BRASIL, 2004).

O Decreto-Lei deixa mais claro que deve seguir os decretos anteriores e também a norma já citada, pois o lugar deve estar apto para todos, ou seja, partindo do desenho universal. Ainda, comentando sobre acessibilidade, o estacionamento preferencial para pessoas com deficiência também é algo que os participantes citaram, dado que nem sempre era respeitado, como apresentado nos trechos abaixo:

P9: “No estacionamento tem a vaga lá para deficiente, mas é complicado, o pessoal não respeita, qualquer um para, as vagas já são poucas, tem placa sinalizando, mas o pessoal para assim mesmo. Aí tem que falar com o segurança, para ele pedir para tirar o carro da vaga. Mas não resolve, eles voltam e param de novo”.

P5: “O único problema que eu tive foi em relação ao estacionamento, que quando eu cheguei lá, eu comecei a frequentar, as vagas especiais não eram respeitadas, então eu comecei a cobrar para que tivesse mais sinalização nas vagas especiais para estacionar o veículo”

P4: “Então, essa parte de estacionamento a gente teve que brigar um pouquinho, conversar com a universidade porque não tinha muitas vagas e as poucas que tinham as pessoas não respeitavam, então tivemos que conversar com os seguranças, na portaria, falar para eles da dificuldade que tínhamos, de colocar um cone para conscientizar, mesmo tendo a placa, o chão pintado. As pessoas iam e paravam, mas a gente teve que interferir nisso”.

Nas três passagens acima, os participantes comentaram sobre a falta de respeito da sociedade que, mesmo sinalizando, não é respeitada a vaga reservada para pessoas com deficiência. No caso, houve uma indicação das barreiras quanto à acessibilidade atitudinal, conscientização e educação da comunidade. Mesmo sendo amparado por lei, a reserva de vagas como apresentado no artigo 25 do Decreto-Lei 5296 de 2004:

Art. 25. Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo, ou naqueles localizados nas vias públicas, serão reservados, pelo menos, dois por cento do total de vagas para veículos que transportem pessoa portadora de deficiência física ou visual definidas neste Decreto, sendo assegurada, no mínimo, uma vaga, em locais próximos à entrada principal ou ao elevador, de fácil acesso à circulação de pedestres, com especificações técnicas de desenho e traçado conforme o estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT (BRASIL, 2004).

Como apresentado, embora amparados por lei, a sociedade em que vivemos parece ainda não se comprometer a respeitar os direitos sociais. Para refletir, existem órgãos que fiscalizam todas as questões de acessibilidade, mas aparecem esporadicamente ou apenas quando é acionado. As pessoas com deficiência devem fazer a denúncia e isto é pouco divulgado, apenas a minoria conhece os seus direitos.

Uma saída para uma melhoria da acessibilidade atitudinal é trabalhar através da conscientização da população sobre os direitos das pessoas com deficiência, ou seja, para que aconteça a conscientização, as pessoas precisam aparecer, estar entre todos, ter mais visibilidade. Sendo assim é importante o empoderamento e dar voz aos sujeitos com deficiência.

1.1. Processo Seletivo

Para ingressar nas instituições de Ensino Superior brasileira é necessário prestar uma prova, mais conhecida como processo seletivo, que acaba se transformando em um dispositivo de seleção historicamente contextualizado e que faz parte dos procedimentos de avaliação. No que diz respeito à temática, os participantes da pesquisa alegaram que não tiveram uma prova adaptada, como defendido no Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015:

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de Ensino Superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas: I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços; II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação; III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência; IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência; V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade; VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa; VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras (BRASIL, 2015).

Todos os participantes da pesquisa tiveram formação em instituições privadas. Trata-se de uma questão importante de ser levantada, pois pode-se entender que o acesso

através dos processos seletivos é mais facilitado em instituições privadas. Entretanto, questionou-se se uma maneira de acesso com recursos de apoio ou a falta deles, consequentemente, teriam uma escolarização universitária de qualidade? E também, um acesso com apoios teria uma caminhada acadêmica de sucesso? No decorrer das entrevistas foi apresentado que tais fatos não aconteceram na maioria dos casos:

P9: “Entrei por vontade própria, sem incentivo nenhum [da faculdade]. E favorecer não tinha nada também”.

P1: “Não havia nada, nem se comentava sobre a acessibilidade”.

P4: “O vestibular, através da internet, eu estava há muito tempo distante da escola. A universidade deu condições”.

Lembrando que dos nove entrevistados, sete tiveram a formação antes do Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) ser criado, no período de 1972 a 2014, sendo assim, o processo seletivo pode ter sido de uma maneira não tão acessível ou preparado de acordo com a especificidade de cada sujeito, mas nenhum participante citou algo desta fase, se teve alguma dificuldade ou facilidade.

Se tratando do processo seletivo, há que se destacar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que, através da Portaria nº 468 de 2017, destaca:

Art. 2º - Constitui objetivo primordial do Enem aferir se aqueles que dele participam demonstram, ao final do ensino médio, individualmente, domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna e se detêm conhecimento das formas contemporâneas de linguagem (BRASIL, 2017).

O acesso às universidades federais brasileiras se dá via ENEM, mas em outras instituições de Ensino Superior, por exemplo, as particulares, têm sua própria avaliação, mas também têm a opção de escolher a nota do ENEM para o ingresso no Ensino Superior. E, dentro da Portaria, é apresentada as condições de acessibilidade da prova:

Art. 8º - A aplicação do Enem levará em consideração as questões de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, assim como as políticas de educação nas unidades prisionais (BRASIL, 2017).

Espera-se, então, que as universidades que não faziam uso do ENEM, utilizem, ao menos, as mesmas instâncias apresentadas na Portaria 468 que é atualizada anualmente.

1.2. Ações Afirmativas

A correlação entre as políticas de acesso e políticas institucionais abarcam as ações afirmativas que podem nortear ações coletivas e também levarem a discriminações. É possível dizer também que as ações afirmativas buscam condições de igualdade a grupos socialmente vulneráveis, mas também deve-se alertar para o risco de o discurso da inclusão ser tangenciado pelo assistencialismo, discriminação, negação e esvaziamento do discurso da diferença (CIANTELLI; LEITE, 2016; BRUNO, 2011; PEREIRA, 2008; CABRAL, 2017).

No decorrer das entrevistas, os participantes citaram que, no contexto universitário privado, a importância das bolsas de estudos. Muitos apresentaram que tiveram a oportunidade de usufruir da bolsa de estudos e outros disseram que sentiram falta do incentivo por parte das instituições, como apresentado abaixo:

P5: "Então, foram as bolsas que favoreceram, as facilidades na mensalidade".

P4: Foi o vestibular, através da internet, eu estava há muito tempo distante da escola. A universidade deu condições, como a bolsa relacionada ao fundo social.

Como relatado, as bolsas de estudos tiveram extrema importância para o acesso e permanência das pessoas com deficiência no Ensino Superior privado. Neste ponto, destaca-se outros tipos de apoio financeiro, o Programa Universidade Para Todos – PROUNI (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) e o Programa de Financiamento Estudantil – FIES (Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001) que serão elucidados a seguir.

O PROUNI (BRASIL, 2005) regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no Ensino Superior, ou seja, às Instituições de Ensino Superior particulares é oferecido, através do programa, bolsas de estudos e/ou descontos nas mensalidades. O público que recebe o benefício está explícito nos Art. 2º e 3º:

Art. 2º A bolsa será destinada: I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei; III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica. Art. 3º O estudante a ser beneficiado pelo Prouni será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de Ensino Superior, segundo seus próprios critérios, à qual competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato (BRASIL, 2005).

Como apresentado, para participar do PROUNI é necessário preencher alguns requisitos, principalmente no que se refere ao perfil socioeconômico dos estudantes, mas também se frisa que as pessoas com deficiência fazem parte do público beneficiário. Mas, com as entrevistas, foi possível observar que nem todos sabiam que estavam amparados pelo artigo na Lei, como exemplo:

P5: “Alguns dos recursos que eu tive foi a escola da família. Pelo PROUNI eu tentei, mas não consegui, eles falam que tem cotas, mas não tem não”.

Como explicitado pelo participante, nem sempre todas as instituições de Ensino Superior respeitam o que está vigente na legislação, mas, ressalta-se que tal descumprimento pode ser, também, por mero desconhecimento dos órgãos responsáveis nas universidades.

No que se diz respeito ao FIES, nenhum sujeito fez uso do financiamento, como apresentado em seu artigo 6º, o público a que se destina este fundo é:

Art. 6º O financiamento com recursos do Fies será destinado prioritariamente a estudantes que não tenham concluído o Ensino Superior e não tenham sido beneficiados pelo financiamento estudantil (BRASIL, 2001).

Neste trecho apresentado e também no decorrer desta Lei, as pessoas com deficiência não estão contempladas em separado, ao contrário, concorrem de igual para igual com todos os estudantes, sendo ou não Público Alvo da Educação Especial. É um dado importante que deve receber uma atenção maior e ser questionado sobre o porquê as pessoas com deficiência não têm um percentual representativo neste apoio para o ingresso e permanência no Ensino Superior.

Quando o assunto é a política de cotas, no Brasil, o debate foi iniciado na década de 1990 e, na década seguinte, o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001 reconheceu a existência de um déficit na oferta de vagas e matrículas das pessoas com deficiência no Ensino Superior. No período, algumas IES brasileiras propuseram a política de cotas ou programas de inclusão (PEREIRA, 2008; CABRAL, 2017).

Ainda relacionado às cotas, Cabral (2017) afirma que as discussões ainda são muito polêmicas, por serem permeadas por uma perspectiva em via de mão dupla, isto é, de um lado, defende-se a democratização do direito de acesso ao Ensino Superior e de outro tende-se a excluir membros pertencentes aos grupos não minoritários.

De acordo com os dados referentes ao acesso e à permanência das pessoas com deficiência no Ensino Superior, outro destaque dado são as cotas para este público. Para os participantes, quando o assunto era cotas eles disseram:

P9: "...não tem nem cota para deficiente".

P6: "Eu desconheço alguém que conseguiu entrar em uma graduação por conta de leis, ou cotas, eu desconheço. E se tiver eu gostaria até de saber, porque eu fui, eu e eu".

Como apresentado nos trechos acima, os sujeitos relataram que não tiveram cotas para acesso às instituições de Ensino Superior. No que se diz respeito ao mercado de trabalho, a Lei nº 8.213 de 25 de julho de 1991 dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências (BRASIL, 1991) e, em seu artigo 93, é apresentado uma espécie de cotas para pessoas com deficiência nas empresas:

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas (BRASIL, 1991).

É importante ressaltar que a oportunidade de acesso ao mercado de trabalho de pessoas com deficiência foi uma grande conquista, mas ainda existem algumas lacunas, como a exigência das empresas no que se diz respeito à formação de seus funcionários. Entretanto, para que as pessoas com deficiência tenham uma formação adequada, é necessário ter um ambiente acessível e que oportunize a tais pessoas ter uma formação de sucesso em todos os níveis de ensino.

Sendo assim, em 2012, foi promulgada a Lei nº 12.711, de 29 de agosto, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Também foi promulgada a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, para pessoas com deficiência em cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino que altera a Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012; BRASIL, 2016). O que alterou nesta legislação foram os artigos 3º, 5º, 7º, como apresentado abaixo:

Art. 3º Em cada instituição federal de Ensino Superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por

curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Art. 7º O Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do programa especial para o acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, às instituições de educação superior (BRASIL, 2012).

Com a alteração em 2016, ficou da seguinte maneira:

Art. 3º Em cada instituição federal de Ensino Superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. Art. 7º No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2016).

O que mudou entre as duas leis foi que nos artigos 3º e 5º incluiu-se, como público das cotas, as pessoas com deficiência, reservando vagas nas universidades para essas pessoas. E no artigo 7º deu-se o prazo de 10 anos - ou seja, em 2012, seriam 10 anos, com vencimento em 2022 e, em 2016, datou mais 10 anos, sendo assim, tem um limite para se adequar até 2026, adiando ainda mais o período em que as instituições tem para se adequar às cotas para pessoas com deficiência.

Neste grande passo dado em relação às cotas, evidencia-se que as instituições de ensino que pertencem a este grupo são as federais, mas questiona-se: e as estaduais, particulares, entre outras, não deveriam estar preparadas para também receber estas pessoas?

1.4. Esporte

Outro ponto que mereceu destaque e foi citado nas entrevistas foi o esporte, principalmente, o esporte adaptado para pessoas com deficiência. Muitos citaram que

tiveram interesse de ingressar no Ensino Superior através do esporte, como apresentado abaixo:

P9: “Motivação para ingressar na universidade foi o esporte, pois sou atleta paralímpico, me motivou e incentivou muito a ir atrás de uma universidade, para ter um emprego melhor, porque a durabilidade é mínima no esporte, não é para a vida toda”.

P4: “A minha entrada no Ensino Superior se deu ao fato de eu querer mais conhecimento, por estar no esporte há muito tempo e também desenvolver trabalhos com uma associação”.

Nos dois trechos foi apresentado que o esporte motivou os participantes a entrarem nas universidades, principalmente, para buscarem novos conhecimentos e, conseqüentemente, um emprego melhor, pois, como eles mesmos relataram, a durabilidade no esporte não era extensa.

O esporte adaptado é uma adaptação de um esporte já de conhecimento da população, estando relacionado com regras estabelecidas, a prática do esporte convencional e as experiências esportivas modificadas ou especialmente designadas para suprir as necessidades especiais de indivíduos (ARAUJO, 1998; WINNICK, 1990).

Como apresentado pelos autores, o esporte adaptado é criado a partir do esporte já existente que se adapta de acordo com as necessidades de cada indivíduo. A relação dos esportes com o acesso e a permanência dentro das universidades poderiam oportunizar atletas a se inscreverem nos cursos e, em troca, levariam o nome das instituições de ensino nas competições, ou seja, seria um incentivo ao esporte e também ao acesso no Ensino Superior, como apresentado pelo participante 5:

P5: “Em relação as universidades, essa questão de divulgação, elas deviam ter a possibilidade de oferecer 2, 3 bolsas integrais para pessoas com deficiência anualmente, para transformar e criar uma sociedade justa e igualitária para muita gente, começa a mexer no sistema dessa disparidade que temos atualmente”.

Os entrevistados relataram angústia em relação à falta de apoio da universidade para com os atletas, pois seria um diferencial para as instituições de ensino, principalmente, para as universidades particulares, pois, atrairiam mais pessoas com deficiência para seus cursos. Assim, se transformaria em uma via de dois caminhos, um ciclo, ou seja, as instituições ofereceriam bolsas para atletas que, conseqüentemente, levariam o nome da universidade para as competições, divulgando o curso e a instituição.

1.5. Apoios

Se historicamente sabemos que o conceito de deficiência é sinônimo de incapacidade, certamente a trajetória escolar destas pessoas trazem marcas profundas de muita luta e superação das condições adversas que vivenciaram no cotidiano (ORLANDO; CAIADO, 2014).

Durante toda a trajetória escolar no Ensino Superior das pessoas com deficiência, foi relatado pelos participantes que receberam muito apoio e que tal suporte foi essencial para que tivessem sucesso em sua formação. Dentre os apoios, em destaque estavam os seguintes: familiar e da sociedade, como exposto nos excertos abaixo.

P8: “Eu recebi muito apoio da minha família, ajudou muito, minha mãe incentivava a estudar. Mas da faculdade não tinha nada não”.

P6: “É, a força de vontade, persistência, porque fácil não é, é difícil, porque tem várias, no meu caso, físico, limitações físicas que às vezes, me impedia de estar até a faculdade. Mas eu passava por essa barreira e ia, não foi um mar de rosas esse percurso, recebi muito apoio familiar.

P4: “Eu participava de um movimento (...) que era o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e nesse Conselho eles falavam, davam dicas. Não brigavam diretamente com a instituição, eles não abriam as portas, mas eles mostravam o caminho. Algumas instituições abriram bolsas para pessoas com deficiência atletas, isso em São Paulo. Mas não era fácil era tudo burocrático, tinha que ir atrás mesmo”.

Os Conselhos são instâncias permanentes, sistemáticas, institucionais, formais e criadas por leis, local em que ocorre a disputa de propostas e são compostos por representações da sociedade civil e do governo. Quanto à formação técnica, os conselheiros da sociedade civil estão bem aquém do necessário para participar. A intervenção política de cada conselheiro depende do suporte oferecido pela entidade ou organização que representa (GOMES, 2000; BARBOSA, 2000).

Muitas vezes os Conselhos são criados a partir de movimentos sociais, formando, assim, diferentes canais de participação da população e criando instrumentos de incentivo para a construção da ação democrática participativa (OLIVEIRA, 2000).

Entende-se, então, que a finalidade de um Conselho Municipal do Deficiente é promover, orientar e coordenar as atividades voltadas para as pessoas com deficiência, bem como implantar uma política de apoio, conscientizar a família e a população em geral sobre o posicionamento adequado que a sociedade deve ter em relação ao deficiente, reivindicando os direitos destes sujeitos quando necessário.

Para fechar a primeira categoria de acesso e permanência, discorremos sobre os apoios que apareceram durante toda a trajetória, mas iniciaram-se no acesso com o apoio da família e da sociedade.

2) Reestruturação das Instituições de Ensino Superior com a presença de Pessoas com Deficiência

As reestruturações causadas nas instituições de ensino serão abordados e detalhados nessa segunda categoria, mas, em muitos momentos, acontece um enlace com o acesso e permanência, pois eles acabam andando juntos para que a trajetória acadêmica seja de sucesso, como apresentado na fala dos participantes.

P8: “A própria reitora do campus vinha me perguntar se os funcionários estavam me ajudando, se eu estava bem, se eu achava que não estavam me respeitando e os professores também falavam para entrar em contato com eles. A coordenação também estava sempre à disposição para me auxiliar no que fosse preciso”.

Neste trecho, evidenciou-se o quão impactante foi receber um estudante com deficiência nas universidades, mas, infelizmente, nem todos estavam preparados. Em alguns casos, como o exemplo acima, as instituições começaram a se adaptar ao estudante, partindo da acessibilidade atitudinal, ou seja, já era um grande avanço e conquista para esta população.

Dando continuidade, outro ponto importante, foi quando as pessoas com deficiência entraram nas universidades e começaram as mudanças, sendo que o ideal seria que já estivesse tudo pronto para receber a todos os estudantes, independentemente de suas especificidades. Como relatado pelo próximo participante, após sua inserção e muita luta houve resultados positivos.

P1: “(...) sei que eu lutei 10 anos por um banheiro adaptado para pessoas com deficiência, essa luta foi solitária. Após isto, a (...) [universidade] estava reformando seus banheiros e eu sempre passava para ver o andamento da reforma. Depois, eu soube que as acessibilidades que a universidade fez no campus foi resultado da minha militância”.

Com isso, evidencia-se que o que vem sendo retratado no decorrer do trabalho, isto é, as pessoas são inseridas no Ensino Superior e depois aparecem as adaptações e criações das mais diversas acessibilidades, através de muita luta das próprias pessoas com deficiência.

No que se diz respeito aos professores e ao assunto pessoa com deficiência ou Educação Especial, foi apresentado que, muitas vezes, nem todos sabiam o que era ou como deveriam se portar frente a este público, sendo ajudando ou apenas respeitando.

P6: "(...) eu tive uma professora, que ela batia muito nessa tecla o porquê de a sociedade não aderir aos outros, não por conta da limitação e não porque o olhar da igualdade. Nossa sociedade tem que crescer ainda, crescer muito. Eu digo que estamos engatinhando ainda, tem muito o que fazer. Em relação a igualdade é um embrião ainda, está se formando".

P6: "A única coisa que teve voltada a isso foi disciplina, tivemos uma disciplina de educação especial que no caso abrangia todas as deficiências, não só a física".

Visto tal situação apresentada, Mazzoni, Torres e Andrade (1999) destacam que:

O acesso à universidade para as pessoas portadoras de deficiências compreende duas etapas bem distintas: a primeira corresponde ao concurso vestibular, e superado esta barreira, a segunda etapa é a permanência do aluno na instituição em condições de estudo justas. A segunda etapa é a mais difícil e os alunos necessitam de uma política institucional de acompanhamento que permita identificar suas necessidades educativas e preparar os professores para que possam atendê-los (MAZZONI, TORRES E ANDRADE, 1999).

Assim, é possível notar que as lacunas não estão apenas no acesso e permanência das pessoas com deficiência, vai muito além disso, por exemplo, como são recepcionados pelos professores, a postura e a forma de avaliação dos profissionais são de extrema importância para o sucesso acadêmico das pessoas com deficiência que estão sendo preparadas para o mercado de trabalho e também para a área de pesquisa.

De acordo com Leone e Leite (2011), a formação inicial para professores deve oferecer aos futuros licenciados uma base sólida de conhecimentos que lhe possibilite reelaborar continuamente os saberes iniciais a partir do confronto com as experiências vividas no cotidiano universitário. Em outras palavras, conceber a etapa de formação inicial como a base para a aprendizagem contínua do professor.

Particularmente a questão da formação inicial ou continuada dos professores da educação e do Ensino Superior com bases inclusivas pode ser considerada como um dos grandes entraves para inclusão dos alunos com deficiência. Apesar da Universidade exercer um papel fundamental neste contexto, ainda há um grande vazio em programas ou projetos que envolvam ações relacionadas à qualificação de seu corpo docente em propostas mais inclusivas.

Sendo assim, é criada uma exigência de novos conhecimentos e o desenvolvimento de novas práticas, diferente do que até então vinha se desenvolvendo,

evidenciando que o modelo de formação docente homogeneizadora, até então vigente, nunca foi e ainda não é ideal para o público heterogêneo que irão atender.

Ao se pensar no acesso e permanência da pessoa com deficiência no Ensino Superior, há que se destacar que o aumento de matrículas destes estudantes tem demonstrado tanto uma conquista histórica de luta contra a exclusão, como um desafio ao sistema escolar no geral, destacando aqui, a formação de professores. No contexto inclusivo, cria-se expectativas em relação ao trabalho do professor e à política válida tal acontecimento. Para que aconteça a aprendizagem, espera-se que o profissional desenvolva práticas pedagógicas que consigam incluir todos os estudantes.

É importante ressaltar que a obrigatoriedade nos cursos de formação inicial da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, inserida a partir do Decreto nº 5626 (BRASIL, 2005) indica, no artigo 3º, que

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

Com a obrigatoriedade instituída em lei, esta parece ser a formação que vem sendo priorizada aos licenciandos aos demais cursos de educação superior e profissional. A disciplina de Libras, pelo Decreto 5626 (BRASIL, 2005), é considerada disciplina curricular optativa.

Atualmente o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2013) aponta a necessidade de ter a disponibilização de programas de capacitação para os profissionais da educação, ressaltando que é necessário a adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada dos professores.

O que os dados da pesquisa apontaram foi que primeiro os estudantes adentraram nas instituições de Ensino Superior, garantindo, a grosso modo, o acesso, e, somente, depois pensou-se em sua permanência e apropriação devida dos conteúdos escolares. Ou seja, as universidades não estavam prontas para receber as pessoas com deficiência, de modo que fizeram um caminho inverso do ideal, isto é, recebendo para depois modificar, quando possível. O esperado era que as instituições já estivessem preparadas para receber estes estudantes.

Por formação inicial entendem-se os processos institucionais de formação de uma profissão que geram a licença para o seu exercício. Neste aspecto, a formação continuada

assume a perspectiva da formação como processo, os sistemas de ensino, as universidades e as escolas são as principais agências mobilizadoras desta formação (CUNHA, 2013).

P3: “De fato, a rampa a inclinação é péssima, para mim, as vezes a rampa é feita de forma inadequada, sem corrimão, tem muita maquiagem, piso tátil, sinalização tátil é maquiagem também, você coloca perto da escada, no cantinho, é mero enfeite. Então a gente tem a demanda da lei eles são pressionados, eu vivi isso (...). Enquanto os alunos fizeram barulho a coisa foi a diante, depois que você para, as coisas vão se acomodando e o retrocesso é muito grande, por isso que o movimento de fato é muito importante”.

Rocha e Miranda (2009) expõem que soluções individuais não resolvem a questão, é preciso que a comunidade acadêmica possa reivindicar e dizer a universidade suas necessidades, dialogando com os setores responsáveis para que assumam uma política de atendimento.

Ainda, existindo fragilidades na formação inicial para atender às demandas do processo inclusivo, o professor tem buscado recursos para suprir as necessidades da diversidade discente, mesmo que por vezes não haja um serviço de suporte institucional (CALHEIROS; FUMES, 2016; CABRAL, 2017)

Além dos problemas trazidos com as limitações, existe também os preconceitos que a pessoa com deficiência enfrenta. Desenvolver recursos de acessibilidade significa combater o preconceito, uma vez que seria dado à pessoa com deficiência condições de interagir, aprender e explicitar o seu pensamento com mais autonomia (GALVÃO FILHO, 2005).

Fica visível que as pessoas com deficiência causam um impacto nas instituições de ensino, mas acaba sendo um impacto positivo, pois começam a abrir portas e oportunidades para vários sujeitos.

P2: “O que acontece é que, na verdade, a gente torce para que essa ideia da inserção dê certo, porém, muitas vezes fica só no papel, porque na prática é isso, a pessoa com deficiência que tem que se integrar na faculdade e não a faculdade nas condições da pessoa com deficiência”.

Encerramos esta categorização com a fala acima do participante 8, uma vez que nela frisou-se o que vem sendo apresentado na pesquisa: as pessoas com deficiência que acabam se adaptando às instituições de ensino e não o contrário, o que deveria ser o correto e ideal.

3) Núcleos de Acessibilidade

Os Núcleos de Acessibilidade, conforme mencionado na Sessão Ensino Superior, foram criados através do Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior SECADI/SESu-2013 (BRASIL, 2013), à princípio, eram oferecidos apenas nas Instituições de Ensino Superior Federais, como apresentado com o exemplo de um participante da pesquisa.

P3: “O que a gente tem de acessibilidade no Ensino Superior é muito pouco, (...) tinha aquele, o INCLUIR, mas muito voltado para as federais

Por mais que o Incluir, aparentemente, é apenas para universidades federais, tal fato não impedia que outras universidades estaduais e particulares também aderissem ao programa. Algumas instituições iniciaram o trabalho com o núcleo de acessibilidade até mesmo antes da criação da política.

Através do Programa Incluir, algumas universidades federais criaram projetos e recebiam verbas para que se efetivasse a criação dos núcleos de acessibilidade no Ensino Superior para pessoas com deficiência, sendo assim o Programa Incluir (BRASIL, 2013):

é executado por meio da parceria entre a Secretaria de Educação Superior - SESu e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, objetivando fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (BRASIL, 2013).

Neste trecho, evidencia-se a real função da criação do Incluir, ou seja, explícita quais seus objetivos e funções dentro de uma instituição de Ensino Superior.

Ainda no caminho da política, no que se diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado, o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências, apresentando seus objetivos no artigo terceiro (BRASIL, 2011):

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado: I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011).

Com tal trecho do Decreto, a Educação Especial, em destaque, o Atendimento Educacional Especializado deve ocorrer de maneira transversal, isto é, em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Pensando nisto, tudo indica que o Atendimento Educacional Especializado nas universidades pode vir a ser os núcleos de acessibilidade. Para completar a linha de pensamento, as palavras dos participantes.

P3: “(...) A ideia do atendimento educacional especializado, um modelo que a gente tem na educação básica, poderia ser pensado, desenvolver o que significa o núcleo de acessibilidade e como que se dá o serviço de educação especial no Ensino Superior”.

Seguindo o caminho relacionado às políticas para o Ensino Superior e acesso de pessoas com deficiência, o sujeito de pesquisa número 5 relatou sua angústia.

P3: “ (...) Ensino Superior não é prioridade, sempre o discurso de que o mais importante é a educação básica, mas se você pensar, o sujeito e as questões de ato dessa virada, da exclusão no mercado de trabalho para inclusão, teria que ter prioridade sim no Ensino Superior”.

Complementando a fala da participante, no que se diz respeito à educação básica brasileira, está descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96 e em sua alteração, a Lei nº 12.796/2013 (BRASIL, 1996; BRASIL, 2013):

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996; BRASIL, 2013).

Como apresentado nas Leis, na Sessão Ensino Superior Brasileiro, a educação básica abrange desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, excluindo o Ensino Superior, dado que não se encaixa na educação básica. Entretanto, ao mesmo tempo, diz que o Atendimento Educacional Especializado deve ser transversal, conseqüentemente, perpassando todos os níveis de ensino, inclusive o Ensino Superior. Assim, é possível que exista uma brecha nesta legislação.

Após a categorização e análise dos dados encontrados foi possível notar que existem caminhos para que pessoas com deficiência acessem e permaneçam no Ensino Superior, muito já foi conquistado e mudado, mas ainda há muito o que ser modificado para favorecer este público em sua formação acadêmica e profissional.

Outro ponto de importante é que a Educação Superior não está inserida no plano da educação básica, infelizmente, isto acaba acontecendo e, conseqüentemente, não oportuniza a todos de adquirirem conhecimento, aprendizagem e criação de pessoas críticas para nosso país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito principal deste trabalho foi o de analisar a trajetória acadêmica no Ensino Superior brasileiro de pessoas com deficiência através de entrevistas semiestruturadas e, conseqüentemente, descrever as condições de acesso e permanência deste público no Ensino Superior brasileiro. Para além, objetivou-se apontar, dentro da trajetória acadêmica, os embates na construção política da acessibilidade e verificar as reestruturações causadas pelas políticas relacionadas ao acesso de pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro sob o viés destes indivíduos.

Então, o caminho traçado para responder a tais questões, além das entrevistas, foi o de realizar, também, um levantamento das pesquisas que abordassem a temática trajetórias acadêmicas de pessoas com deficiência. Com os dados em mãos, foi feita uma análise minuciosa e a categorização dos dados.

No que se diz respeito à revisão da literatura realizada sobre a legislação voltada para as pessoas com deficiência, enfatizando-se o Ensino Superior, pode-se extrair que houve evolução em relação ao acesso e à permanência deste público nas universidades, mas nem sempre foi pela existência das leis. Muitas Instituições de Ensino Superior apenas se modificaram após a entrada deste público nas universidades e, em outros casos, as pessoas com deficiência tinham que se adaptar às instituições.

Os dados do Censo referente aos estudantes com deficiência cursando um Ensino Superior no Brasil mostraram a dimensão do crescimento exponencial que o país viveu nos últimos anos em relação à Educação Superior. No entanto, apesar dos avanços refletidos nas estatísticas em relação ao crescimento do acesso deste público, ao comparar o percentual da população cursando o Ensino Superior, o total de pessoas com deficiência no país que cursa uma faculdade ainda é ínfima.

Visto que os participantes da pesquisa faziam parte de uma minoria de pessoas com deficiência que conseguiram acessar, permanecer e concluir seu Ensino Superior, pode-se apurar, por meio dos relatos, que as faculdades ainda precisariam evoluir muito na qualidade dos serviços oferecidos para necessidades especiais, realçando o apoio que receberam, na maioria das vezes, da família que apareceu como destaque nos principais facilitadores da vida acadêmica dos estudantes e não a Instituição de Ensino.

Outro ponto importante a ser destacado foi que tanto os professores quanto todo o corpo de funcionários das instituições também necessitariam estar melhor preparados para receber os estudantes com deficiência. Mas, ressalta-se que tal fato não acontece em

todos casos, dado que há uma parcela pequena de situações que existem professores e funcionários engajados no acolhimento dos estudantes com deficiência, tornando-se referências para estas pessoas. Com isso, ficou visível o quão importante é a inclusão no Ensino Superior, trazendo ganhos para todos, tanto professores quanto estudantes.

Por fim, mas não menos importante, a escassez da fiscalização das Instituições de Ensino Superior, relacionada com o cumprimento da legislação vigente no que diz respeito à acessibilidade em todas as categorias foi evidente. Necessita-se que ocorram as fiscalizações com mais frequência e mais rígida dos serviços oferecidos, a fim de que seja medida a qualidade deste serviço e se realmente atendem ao estudante com deficiência ou se somente cumpre uma lei. Entretanto, destaca-se que nem sempre apenas o cumprimento da lei garante um processo de acesso, permanência e ensino de qualidade.

Além disso, outro fato significativo foi em relação à formação de professores. No decorrer da pesquisa foi relatado que muitos deles não estavam preparados para receber o público de pessoas com deficiência, ou seja, a formação inicial e também continuada parecia não ser suficiente para receber estes alunos, principalmente os que estavam chegando nas IES.

Ao tratar sobre a temática trajetórias acadêmicas de pessoas com deficiência, pode-se concluir que as conquistas e os direitos foram ampliados, o que é muito positivo, no entanto, ainda se apresenta longe do ideal. Há um vasto caminho a ser percorrido.

Os resultados desta pesquisa apresentaram a grande necessidade para efetivar o atendimento educativo adequado para o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência na universidade. É preciso que a instituição promova políticas mais diretas para a inclusão da pessoa com deficiência no ambiente acadêmico.

A partir do momento em que a universidade promover o acesso da pessoa com deficiência na Instituição, deve oferecer condições. Assim, teremos um maior número de pessoas com deficiência sendo oportunizadas a ingressarem nas Instituições de Ensino Superior.

Esta dissertação não pretendeu esgotar o assunto, mas, sim, provocar mais debates sobre o tema. Espera-se que outros estudos sejam realizados sobre o acesso, ingresso e permanência das pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro.

Dentre os assuntos que podem ser abordados dentro da temática acessibilidade no Ensino Superior brasileiro está o Núcleo de Acessibilidade - mencionado no decorrer da pesquisa, que nas IES particulares ele quase não aparece, sendo assim, um ponto a ser considerado, podendo ser uma questão de pesquisa futura.

6. REFERÊNCIAS

- ALCOBA, S.A.C. **Estranhos no ninho**: a inclusão de alunos com deficiência na Unicamp. 2008. 231f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- ALMEIDA, J.G.A.; BELLOSI, T.C.; FERREIRA, E.L. Evolução da matrícula de pessoas com deficiência na educação superior brasileira: subsídios normativos e ações institucionais para acesso e permanência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.10, p.643-660, 2015. (Especial).
- ANTUNES, K. C. V. **História de vida de pessoas com deficiência intelectual**: percurso escolar e a constituição do sujeito. 2012. 154f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola Viva garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola**: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.
- ARAÚJO, P. F. **Desporto adaptado no Brasil**: origem, institucionalização e atualização. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Indesp, 1998.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações espaços, mobiliários e equipamento urbano. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- AUAD, J. C.; CONCEIÇÃO. M. I. G. Educação especial superior: o exemplo da universidade de Brasília. **Rev. Educação Especial**, Santa Maria, v. 22, n. 34, p.213-224, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 10.abr.2016.
- BARBOSA, A. M L. B. Os portadores de deficiência no conselho de Saúde. In: CARVALHO, M. C. A. A; TEIXEIRA, A. C. C. (org). **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. São Paulo: Polis, 2000. p. 49-52.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Aviso Circular nº 277 MEC/GM, de 08 de maio de 1996.
- _____. **Constituição (1967)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1967
- _____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- _____. **Decreto nº 6571 de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de

20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

_____. **Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

_____. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186,** de 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. **Decreto nº 10.436 de 24 de abril de 2001.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011.

_____. **Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior.** SECADI/SESu-2013.

_____. **IBGE,** 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 25.jun. 2017.

_____. **Lei da Acessibilidade nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2000.

_____. **Lei nº 7853 de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 8213 de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

_____. **Lei nº 12711 de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e dá outras providências. 1971.

_____. **Lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001

_____. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

_____. **Lei nº 13409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

_____. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – **INEP** (2015). Censo Escolar da Educação 2015. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>> Acesso em: 10 mai. 2017.

_____. MEC. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.** 2013.

_____. **Portaria 1793 16 de dezembro de 1994.** A necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais

_____. **Portaria 3284 de 7 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

_____. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,** 2008.

_____. **Viver Sem Limite** – Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. SDH-PR/SNPD–2013.

BRUNO, M.M.G. Políticas Afirmativas para a inclusão do surdo no ensino superior: algumas reflexões sobre o acesso, a permanência e a cultura universitária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.92, n.232, p.542-556, 2011.

BUENO, J. G. S. Deficiência e ensino superior: balanço das dissertações e teses brasileiras (1987/2006). **Seminário Capixaba de Educação Inclusiva**, Vitória, Anais... Vitória: EDUFES, 2008.

CABRAL FILHO, A. V.; FERREIRA, G. Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência. **Rev. SER Social**, Brasília, v. 15, n. 32, p. 93-116, jan./jun. 2013.

CABRAL, L. S. A. Inclusão do público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior brasileiro: histórico, políticas e práticas. **Rev. Educ. PUC-Camp.**, v. 22, n. 3, Campinas 371-387, set./dez. 2017.

CALHEIROS; D.S.; FUMES, N.L.F. Experiências e saberes de professores universitários em relação à inclusão de alunos com deficiência na educação superior. **Revista da FAEBA Educação e Contemporaneidade**, v.25, n.46, p.239-255, 2016.

CARDOSO, A. P. L. B.; MAGALHÃES, R. C. B. P. Inclusão no Ensino Superior: caminhos propostos por uma professora e seu aluno cego. In: **Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação**, 9, 2009, Fortaleza. Anais... Fortaleza. 2009.

CARVALHO, C. L. C. **Pessoas com deficiência no ensino superior: percepções dos alunos**. 2015. 95f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015.

CASTANHO, D. M. **Política para Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais: Um Estudo em Universidades e Centro Universitário de Santa Maria - RS**. 2007. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

CASTRO, S. F. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. 2011. 278 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, 2003.

CIANTELLI; A.P.C.; LEITE, L.P. Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.22, n.3, p.413-428, 2016.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, M. I. O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação. **Rev. Educação e Pesquisa**, v. 39, São Paulo, p. 1-17, jan./dez. 2013.

CUNHA, S. M.; CARRILHO, D. M. O processo de adaptação ao ensino superior e o rendimento acadêmico adaptação e rendimento acadêmico. **Rev. Psicologia Escolar e Educacional**, v. 9, n. 2, p. 215-219, 2005.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Rev. Educar**, n.28, p. 17-36. Curitiba, 2006.

FERREIRA, L. R. C. **Experiências vivenciadas por alunos com deficiência visual em instituições de ensino superior na cidade de Uberlândia**. 2010. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2010.

FORTES, V. G. G. F. **A Inclusão da pessoa com deficiência visual na UFRN: a percepção dos acadêmicos**. 2005. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

FRAGOSO FILHO, C. **Universidade e Sociedade**. Campina Grande: Grafset, 1984.

GALVÃO FILHO, T. Ambientes computacionais e telemáticos na educação de alunos com necessidades educativas especiais. In: PRETTO, N. de L. (Org.). **Tecnologia e novas educações**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2005. v. 1, p. 105-126.

GUERREIRO, E. M. B. R. **Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior: estudo de caso da UFSCar**. 2011. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, A. L. Histórico da Política de Assistência Social no Brasil. In: CARVALHO, M. C. A. A; TEIXEIRA, A. C. C. (org). **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. São Paulo: Polis, 2000. p. 22-26.

HAAS, C.; PANTALEÃO, E, ORLANDO, R. M.; BAPTISTA, C. R. Rodas de pesquisa e formação em educação especial: as trajetórias de estudantes com deficiência **Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 97, n. 247, p. 570-582, set./dez. 2016.

HAAS, C. **Narrativas e percursos escolares de jovens e adultos com deficiência: isso me lembra uma história**. 2013. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: **Textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

KASSAR, M. C. M. Matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular: do que e de quem se fala? In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 49-68. (Coleção Educação Contemporânea).

LANNA JUNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília**: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria

Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LEONE, N., M. ; LEITE, Y. U. F. O Início da Carreira Docente: implicações à formação inicial de professores. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 03, n. 06, p.236- 259, jul./dez. 2011.

LIMA, K. R. R.; PRADO, F. H. S.; VIEIRA, R. B. Políticas públicas de “democratização” da educação superior no governo Lula: Enem, Prouni, Reuni. In: **V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. Marxismo, Educação e Educação Humana**. Abril de 2011 – UFSC – Florianópolis.

LIRA, D. Acessibilidade na educação superior: novos desafios para as universidades. In: X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. **Anais**.

MANZINI, E. J. et al. Acessibilidade em Ambiente Universitário: identificação e quantificação de barreiras arquitetônicas. In: MARQUEZINI, M. C. et al. (Org.). **Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais**. Londrina: UEL, 2003 (Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial, v. 9).

MANZINI, E. J. Inclusão e Acessibilidade. **Revista da Sobama**, v. 10, n.1, Rio Claro, p. 31-36. 2005.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. 2ª edição. São Paulo: Global, 2009

MAZZONI, A. A.; TORRES, E. F; ANDRADE, J. M. B. Sobre o acesso e permanência de estudantes universitários com necessidades educativas especiais. In: **Congresso Nacional da FENASP**, 9., 1999, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FENASP, 1999. p. 11-15.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELO, I. S. C. **Um estudante cego no curso de licenciatura em musica da UFRN: questões de acessibilidade curricular e física**. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

MOREIRA, L. C.; BOLSANELLO, M. A.; SEGER, R. G. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 125-143, jul./set. 2011. Editora UFPR

MOREIRA, L. C. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. **Rev. Educação Especial**, Santa Maria, n.25, 2005.

NASCIMENTO, V. C. G. **Quando as “exceções” desafiam as regras: vozes de pessoas com deficiência sobre o processo de inclusão no ensino superior**. 2011. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2011.

NOGUEIRA, N. I. A educação de pessoas com desordens do espectro autístico e dificuldades semelhantes de aprendizagem. **Rev. Temas Sobre Desenvolvimento**, v. 12, n. 68, p. 5- 45, 2003.

OLIVEIRA, C. L. Um Apanhado Teórico-Conceitual Sobre a Pesquisa Qualitativa: tipos, técnicas e características. **Rev. Travessias**, v. 4, p. 1-16, 1982.

OLIVEIRA, L. C. P. **Trajетórias escolares de pessoas com deficiência visual: da educação básica ao ensino superior**. 157f. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifca Universidade Católica, Campinas. 2007.

OLIVEIRA, L. C. **Visibilidade e Participação Política: Um Estudo no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Niterói**. 178p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social. Pontifca Universidade Católica. Rio de Janeiro, Niterói, 2010.

OLIVEIRA, J. F. de. Acesso à educação superior no Brasil: entre o elitismo e as perspectivas de democratização. In: SOUSA, J. V. **Educação superior: cenários, impasses e propostas**. Campinas: Autores Associados, 2013.

ORLANDO, R. M.; CAIADO, K. R. M. Professores Universitários com Deficiência: trajetória escolar e conquista profissional. **Rev. Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 811-830, jul./set. 2014.

PEREIRA, M.M. Ações afirmativas e a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2008, v.14, n.2, p.177-188, 2008.

PEREIRA, M. M. **Inclusão e universidade: análise de trajetórias acadêmicas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul**. 2007. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PIN, A. K. **Inclusão de alunos com deficiência: um estudo de caso no contexto universitário de uma IES pública no Estado do Paraná**. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Estado e Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

RENDERS, E. C. C. **Invisibilidade e emergência da Universidade inclusiva na tessitura de uma rede de memórias**. 2012. 211 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Rev. Educação Especial**, v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. 2009, Santa Maria.

CIANTELLI, C. A. P. **Estudantes com deficiência na universidade: contribuições da psicologia para as ações do núcleo de acessibilidade**. 2015 189 f. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) - Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C. H.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: MC Graw-Hill, 2006.

SANFELICE, J. L. Dialética e Pesquisa em Educação. In: LOMBARDI, J.C;

SAVIANI, D. (Org.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2008, p. 69-94.

SANTOS, L.; ALMEIDA, L. S. Vivências acadêmicas e rendimento escolar: estudo com alunos universitários do 1º ano. **Rev. Análise Psicológica**, v. 2, n. 19, p. 205-217, 2001.

SILVA, J. S. S. **Acessibilidade, barreiras e superação**: estudo de caso de experiências de estudantes com deficiência na educação superior. 2014. 242f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2014.

TINÓS, L. M. S. **Caminhos de alunos com deficiências à educação de jovens e adultos**: conhecendo e compreendendo trajetórias escolares. 2010. 125f. Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, 2010.

TOMAINO, G. C. **Do ensino especializado à educação de jovens e adultos**: análise das trajetórias escolares na perspectiva dos alunos, familiares e professores. 2009. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 1994.

WINNICK, J.P. **Adapted Physical Education and Sports**. Illinois: Human Kinetics. 1990.

7. ANEXO

I) PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DA ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Pesquisador: LIZ AMARAL SARAIVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 57571116.0.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.680.537

Apresentação do Projeto:

O projeto está bem apresentado e completo.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo está claramente descrito:

O objetivo deste estudo é analisar a trajetória histórica da política de acessibilidade no ensino superior brasileiro

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios estão adequados ao objetivo e ao método da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem relevância social e acadêmica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresenta o TCLE, que contém todas as informações pertinentes e suficientes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

Continuação do Parecer: 1.680.537

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_744429.pdf	24/06/2016 10:39:44		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Liz_Amaral_Saraiva.pdf	24/06/2016 10:34:38	LIZ AMARAL SARAIVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Liz_Amaral_Saraiva.pdf	24/06/2016 10:33:58	LIZ AMARAL SARAIVA	Aceito
Outros	Roteiro_Semiestruturado_Liz_Amaral_Saraiva.pdf	24/06/2016 10:31:42	LIZ AMARAL SARAIVA	Aceito
Orçamento	Orçamento_Liz_Amaral_Saraiva.pdf	22/06/2016 23:59:54	LIZ AMARAL SARAIVA	Aceito
Cronograma	Cronograma_Liz_Amaral_Saraiva.pdf	22/06/2016 23:52:40	LIZ AMARAL SARAIVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Liz_Amaral_Saraiva.pdf	22/06/2016 23:49:37	LIZ AMARAL SARAIVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 16 de Agosto de 2016

Assinado por:
Ricardo Carneiro Borra
(Coordenador)

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905
UF: SP Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9683 E-mail: cephumanos@ufscar.br

8. APÊNDICES

D) TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA SUJEITOS QUE
PARTICIPARAM DA CONSTRUÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO ENSINO
SUPERIOR BRASILEIRO
(Resolução 466/2012 do CNS)

Eu, Liz Amaral Saraiva, estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar lhe convido a participar da pesquisa “*Trajetórias Históricas da Acessibilidade no Ensino Superior Brasileiro*” sob orientação da Profª Drª Rosimeire Maria Orlando.

O objetivo desse estudo é conhecer e analisar os desdobramentos históricos para o estabelecimento das condições de acessibilidade no ensino superior brasileiro.

Você foi selecionado (a) por ter participado ativamente da trajetória histórica da acessibilidade no ensino superior brasileiro.

O estudo envolve a realização de entrevista semiestruturada com questões direcionadas para a participação ativa na construção da acessibilidade no ensino superior no Brasil.

A pesquisa ocorrerá em um local de sua escolha, onde sentir-se confortável para que a entrevista aconteça, tais procedimentos serão destinados ao uso exclusivamente acadêmico-científico.

Como risco, poderá ocorrer constrangimento durante a sua participação na entrevista, podendo gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias histórias e ações, entretanto as perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes. Diante dessas situações, os participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento.

Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, o pesquisador solicita autorização para estabelecer contato posterior, a fim de verificar os possíveis danos ocasionados e proceder quanto a novas orientações, visando o bem-estar de todos os participantes.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Educação Especial, para a construção de novos conhecimentos e traçar as trajetórias da acessibilidade no ensino superior. O pesquisador realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos.

Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas. As gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pelo pesquisador, garantindo o anonimato e que se mantenha a mais fidedigna possível. Depois de transcrita será apresentada a juízes para validação das informações.

Essa pesquisa não prevê qualquer gasto aos participantes, porém se isso ocorrer, ele será ressarcido pelo pesquisador. Você receberá uma cópia deste termo constando o telefone, o endereço pessoal e o e-mail do pesquisador principal, podendo solicitar esclarecimentos, tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

As informações e resultados obtidos por meio dessa pesquisa poderão se tornar públicos, mediante a publicação de relatórios e trabalhos científicos, porém sua identidade não será revelada em nenhum momento. Os dados coletados serão tratados de forma sigilosa, assegurando o anonimato e a não identificação dos participantes, sendo utilizadas siglas ou nomes fictícios.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo telefone (16) 3351-8487. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Dr^a Rosimeire Maria Orlando

(orientadora da pesquisa)

Rodovia Washington Luiz, Km 235, CEP 13565905 – Monjolinho, São Carlos/SP

Fone: (16) 3351-8487, e-mail: meiorlando@gmail.com.br

Liz Amaral Saraiva

(pesquisadora principal - aluna de mestrado)

Fone: (19) 99253-9241, e-mail: saraiva_liz@hotmail.com

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Local e data: _____

Nome do participante da pesquisa: _____

Número e tipo de documento de identificação _____

Assinatura do Sujeito da pesquisa: _____

II) ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

Perfil:

Nome: _____

Data de nascimento: _____ Natural de: _____

Gênero: () F () M () OUTROS

Possui alguma deficiência? () Não () Sim

Qual? _____ () Adquirida () Congênita

Profissão: _____

Local de moradia: _____

Formação:

Ensino Fundamental

Ingresso: _____ Conclusão: _____ () Público () Privado

Ensino Médio

Ingresso: _____ Conclusão: _____ () Público () Privado

Ensino Profissionalizante

Ingresso: _____ Conclusão: _____ () Público () Privado

Ensino Superior

() Em andamento () Incompleto

Ingresso: _____ Conclusão: _____ () Público () Privado

Qual? _____

Pós-graduação

() lato sensu () stricto sensu Período: _____

() Concluído () Em andamento () Incompleto () Público () Privado

Qual (is)? _____

Comente sobre fatos que chamaram atenção, mudaram sua vida, fatos inesquecíveis.

Em relação as condições de Acessibilidade no Ensino Superior:

- Comente como foi.

(Em seguida, abordar os seguintes temas caso não apareça nessa primeira pergunta geral)

- Qual foi sua motivação para o ingresso no Ensino Superior?
- Quais foram as principais conquistas/mudanças na universidade em relação ao acesso e permanência?
- Explique situações e recursos que tenham favorecido e/ou desfavorecido seu ingresso e permanência no ensino superior.
- Apresente condições que propiciaram a inclusão no ensino superior e o que foi feito para que isso acontecesse.
- Existiam programas ou serviços de apoio aos estudantes oferecidos pela instituição (por exemplo: núcleos de acessibilidade, apoio)?
- O que você acha que poderia ter sido feito e implementado que não foi?
- Quando, na universidade, surgiam problemas, resistências, como eram resolvidos?
- Você tem interesses (ou já participou) de ações políticas, movimentos sociais, embates, relacionados a pessoa com deficiência?
- Caso acontecesse reuniões, que você tenha participado ou ouvido falar, relacionado a inserção no ensino superior de pessoas com deficiência, quais eram os assuntos abordados, a organização, os recursos, tinha algum líder, ou alguém responsável? Qual sua contribuição e os resultados?

Desdobramentos históricos do movimento social e/ou político que tenha participado em relação ao acesso no ensino superior (participação em Conselhos Municipais da Pessoa com Deficiência, luta pelo ensino superior).

- Comente como foi, caso tenha participado ou tenha conhecimento sobre a temática.
(Em seguida, abordar os seguintes temas caso não apareça nessa primeira pergunta geral)
- Caso tenha participado de algum movimento/evento, relate como foi o surgimento e desenvolvimento (palestras, entrevistas, mobilizações...) em que participou.
- Como foi o seu envolvimento com a temática acessibilidade no ensino superior brasileiro?
- Houve algum movimento de resistência (por parte da sociedade, universidade, colegas, corpo docente) para a inserção no ensino superior?
- Aconteceram ações desenvolvidas através de organização, mobilização e participação relacionadas a acessibilidade?
- Na sua opinião, quais foram as conquistas atribuídas a temática acessibilidade no ensino superior?
- Na sua opinião, quais aspectos devem nortear a acessibilidade no ensino superior atualmente?
- Você acredita que houve avanços e retrocessos na universidade (em relação a acessibilidade, inclusão de pessoas com deficiência)?

Construção da política de acessibilidade e seus atores

- Em relação ao seu conhecimento sobre a temática, comente.
(Em seguida, abordar os seguintes temas caso não apareça nessa primeira pergunta geral)
- Descreva a construção da política de acessibilidade no ensino superior.
- Na sua opinião, houve reflexos dessa construção em outros locais na sociedade?
- O que influenciou para que essa construção acontecesse?

- Descreva sua participação na construção da política de acessibilidade, caso tenha feito parte.
- Na sua opinião, quais foram as influências para essa construção e como isso aconteceu (ex: influência política, social...).